



# Anais da Assembléia

N. 05

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1988.  
SEGUNDA-FEIRA

Ofício:

Curitiba, 04.03.88  
Of. CECF nº 011/88

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Raul Lopes e Lindolfo Júnior.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Sheriegate, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herman Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilala (42).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Antônio Bárbara, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Homero Oguido, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Antonio Setti, Sabino Campos e Werner Wanderer (10). Achando-se em licença os senhores Deputados: Eduardo Baggio e Rafael Greca (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE-(Luiz Carlos Alborghetti)-  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)  
Lida e aprovada a Ata, o Senhor 1º Secretário lerá o expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Senhor Presidente:

Com nossas atenciosas saudações, solicitamos as necessárias providências de Vossa Excelência no sentido de que o Grande Expediente da sessão do dia 08.03.88 seja assegurado à comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Nessa sessão fará uso da palavra a Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Deputada Irondi Pugliesi.

Dada a importância da referida data solicitamos também que as lideranças partidárias se manifestem sobre o assunto.

Contando com o imprescindível apoio de Vossa Excelência para o assunto em questão, renovamos expressão de nosso elevado apreço.

Ivanize Cavazotti dos Santos  
Secretária

Indicação:

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado Nestor Baptista, vem pelo presente indicar, conforme relação abaixo, os Deputados para acompanharem o Secretário Osmar Dias, em audiência com o Senhor Ministro da Agricultura, para tratarem de assuntos de interesses da referida Secretaria.

Lauro Lobo Alcântara  
José Rogério Carvalho  
Orlando Pessuti  
Paulo Furiatti  
Caíto Quintana  
Antônio Costenaro Neto  
Sala das Sessões, em 07.03.88.  
(a) NESTOR BAPTISTA.

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado por 3 Sessões o Projeto de Lei Complementar nº 167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 07.03.88.  
(a) NESTOR BAPTISTA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, seja transferida para 22 de março de 1988, a Sessão Solene de entrega de Título de Cidadania Honorária ao Padre José de Almeida Penalva, anteriormente marcada para o dia 16 de março de 1988.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) ERONDY SILVERIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Miguel Vacca São João, ex-Vereador no Município de Inajá, em decorrência de acidente automobilístico, ocorrido dia 03 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Inajá, no Noroeste do Estado, recebeu com grande pesar e incon-tida tristeza o falecimento do Senhor Miguel Vacca São João, ocorrido no último dia 03, na cidade paulista de Rancharia, em decorrência de um acidente automobilístico.

O extinto era pessoa muito estimada no Município, do qual foi um dos pioneiros e grande batalhador pelo seu progresso. Comerciante, era também político ativo, tendo exercido a vereança e demonstrado, sempre, grande devotamento à causa pública.

Por tudo isso, seu inesperado desaparecimento deixou uma lacuna, deixou também a certeza de que seus amigos, em grande número, não o esquecerão jamais.

Este requerimento, além de traduzir a manifestação do pesar mais sincero e profundo do Deputado que o subscreve e desta Casa, encerra, igualmente, o sentido da solidariedade que emprestamos aos familiares e amigos de Miguel Vacca São João, ainda inconformados com a tragédia que o tirou de seu convívio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 134, § 1º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de Congratulações a Lillian Tavararo, da cidade de Ponta Grossa, por ter sido eleita Presidenta do Conselho Empresarial da Mulher Executiva.

Requeiro, que cópia deste expediente seja encaminhada à interessada.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Jornal "Diário Popular", votos de congratulações pela comemoração de seus 25 anos, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Senhor Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Foi no distante dia 04 de março de 1963, em meio a dificuldades técnicas e de pessoal especializado, que entrou em circulação o Diário Popular, procurando sempre levar o de melhor para seu público dentro do noticiário político, econômico, esportivo, policial, geral e social. Hoje, continuando com a mesma linha editorial vibrante e dinâmica, o Diário Popular, sob a liderança de seu Diretor-Presidente Jornalista Abdo Aref Kudri, procura modernizar-se, construindo no mesmo endereço, onde hoje encontramos modernas e amplas instalações para sua redação, parque gráfico e administração, assim como, ampliando seu corpo redacional, gerando novos empregos na área jornalística.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, Senhor Osmar Dias, enviando-lhe votos de congratulações, pelo lançamento do Programa Produtor Júnior.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Este programa criado pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, Osmar Dias, vem em hora certa, visto que o nosso País precisa no momento, técnicos e nada melhor do que a criação de Escolas Rurais de 1º e 2º graus. Além do que com este Programa tende-se a evitar o êxodo rural, fazendo com que o jovem aprenda a gostar da atividade agrícola e venha a obter bons rendimentos com ela.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, formulação e consignação em ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações ao

Jornal "Diário Popular", pela passagem do 25º ano de sua fundação.

Fundado em quatro de março de 1963, o "Diário Popular", circulou ininterruptamente nos últimos vinte e cinco anos, registrando em suas páginas a história, as lutas e as transformações da sociedade curitibana.

Mantendo uma linha que o caracterizou como jornal independente, intransigente na defesa da verdade e dos direitos do cidadão, o "Diário Popular", conquistou a opinião pública e hoje, é um dos periódicos de maior aceitação e credibilidade junto à comunidade curitibana.

Este tributo que o Poder Legislativo presta à família "Diário Popular", nada mais é que o tributo de gratidão que devemos àquele veículo de comunicação pela postura transparente e democrática de que se revestiu durante os vinte e cinco anos de sua existência.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao periódico homenageado.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO,

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Ata, de voto congratulatório ao Jornal "Diário Popular", pela comemoração do Jubileu de Prata de relevantes serviços prestados na área da comunicação social paranaense.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão desta Casa à Editora Diário Popular Ltda.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, seja inserido nos Anais desta histórica Sessão Plenária, votos de louvor ao Jornal "Diário Popular", pela passagem no último dia quatro do corrente, de seu 25º aniversário.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao jornalista Abdo Aref Kudri, Diretor-Presidente e fundador deste grande Jornal extensivo a todos funcionários e colaboradores.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados e Deputadas:

Aos quatro dias do mês de março de mil

novecentos e sessenta e três, na presença de autoridades, funcionários e amigos, nasceu o Jornal DIÁRIO POPULAR, com um propósito honesto de divulgar notícias de interesse da população. Momentos inesquecíveis de alegrias, vibração, realizações, vitórias e conquistas.

Todavia, já no primeiro aniversário, o Diário Popular, enfrentou a recessão política com a cassação dos direitos de imprensa, o sentido unilateral das notícias, surgindo os interesses despóticos da Velha República de forma avassaladora, tresloucada e senil.

O interregno destes dezoito anos, em que durou o martírio, com famigerados atos constitucionais, decretos arbitrários e outras imposições que cercearam de forma brutal a imprensa, o nosso Diário Popular se manteve de forma imparcial, responsável e analítica, conduzindo as informações de forma inteligente, fruto do trabalho de seus jornalistas competentes, trazendo luz àquela densa escuridão.

Noticiários políticos, esportivos, policiais, econômicos, sociais e de forma geral, sempre foram abordados numa linguagem simples e acessível, sem perder a coloração técnica e perfeccionista de seus profissionais.

Hoje, 25 anos depois, já não existem as dificuldades dos "LINOTIPOS" das impressoras "ROTOPLANAS" e outros equipamentos bizarros, pois que tiveram de dar lugar às potentes impressoras "Off Set" e outros equipamentos modernos e sofisticados.

Todo este sucesso deve-se ao ínclito companheiro, jornalista Abdo Aref Kudri, que de maneira hábil e capaz, soube conduzi-lo com pulso forte, seguro e a experiência adquirida ao longo de sua vida profissional, que lhe capacitou projetá-lo de forma visível e crescente, transformando um periódico matutino num grande Jornal bem aceito pelo público, pela transparência de sua veiculação dignificando tão bem a nossa imprensa paranaense.

Nosso anelo é que estas "Bodas de Prata" sejam comemoradas por todos nós, e que de forma especial esta Casa se utilize do "know how" desta plêiade de profissionais que honram e magnificam nossa imprensa.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de urgência, seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, o transcurso de quinze anos de fundação do Jornal "Tribuna do Povo", Mu-

nicípio de Umuarama, comemorado no dia 25 de fevereiro do corrente ano, além de mandar votos de congratulações pelo ocorrido a seu Diretor-Presidente, Senhor Valter Sucupira.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) NILTON BARBOSA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que o mesmo interfira, junto ao Governo Federal, para que o mesmo não cometa à imprudência de congelar a URP, como vem sendo insistentemente alardeado por setores da área econômica do mesmo.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido encontra respaldo no fato de que cabe ao Governo Estadual, por ter suas bases junto à população e por esse motivo ter a obrigação de traduzir os anseios que se erguem como um grande clamor do meio desse povo, defendê-lo contra as injustiças que possam advir da dilapidação de seu patrimônio e de seus ganhos.

Esse clamor que vem sendo sentido diariamente pelas manifestações de entidades ligadas à população trabalhadora que ameaça paralisação total de trabalho, traduz por si só a necessidade da intervenção do Governo do Estado do Paraná para que o Governo Federal encontre novas fórmulas para garantir ao trabalhador a correção justa, encontre seu salário, que vem sendo corroído pela inflação que causa o elevado índice de aumento no preço final do produto a ser consumido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, no sentido de que essa entidade patrocine medida judicial para coibir a cobrança das parcelas do IPTU em OTN, arbitrariamente fixada pela Prefeitura Municipal desta Capital.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender coibir a injusta ação desta Prefeitura que pretende alocar-se de recursos dos contribuintes pela indevida cobrança em OTN, das parcelas do IPTU, quando todos os trabalhadores, proprietários de imóveis, estão recebendo a corre-

ção salarial em URP, que é mensalmente inferior a OTN.

Encontra respaldo ainda, no fato de a referida entidade ter constantemente se prestado ao embate contra as injustiças cometidas pelo Poder Público, quando esse se coloca em oposição aos anseios e ao patrimônio dos cidadãos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando sejam efetuadas melhorias na estrada estadual que liga o Município de Bandeirantes a Itambaracá, região que concentra grande produção agrícola de nosso Estado.

As melhorias ora reivindicadas se prendem ao fato de que não há acostamento conservado, não existem galerias pluviais, e com a ocorrência de chuvas, sempre há deslizamento de terras que ficam sobre o asfalto, e com isso causando acidentes.

Pequenos investimentos melhorando a conservação da estrada seriam suficientes para evitar tais fatos, os quais ocorrem o ano todo em função de suas safras existentes na região, a de algodão e de cana-de-açúcar. As melhorias vão atender muitos usuários que ocupam aquela rodovia.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento aos ilustres Prefeitos Municipais de Bandeirantes e Itambaracá, bem como às respectivas Câmaras Municipais de Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Fernandes Dias, solicitando informações a respeito da matéria publicada pela "Folha de Londrina", no dia 06 de março de 1988, com o título "Álvaro não quer mais ajuda dos bicheiros".

A solicitação se faz em função do pedido de que Sua Excelência o Governador informe se realmente são de sua autoria,

tais declarações, para que no futuro não haja dúvidas a respeito da decisão tomada. Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expandidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Ministro da Previdência Social e ao Ministro do Planejamento, solicitando atualização dos valores dos contratos firmados com os representantes Municipais do FUNRURAL e do INPS pelas seguintes razões de fato e de direito:

Em fevereiro de 1986, quando foi colocado em vigor o Plano Cruzado estes órgãos estabeleceram que o valor dos honorários ou vencimentos que os representantes perceberiam seria de Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) mensais, cuja importância corresponderia na época a 46,99 OTNs, sendo que em função do plano de estabilização econômica imposto, tais valores deveriam ser também congelados, como de fato e de direito congelados ficaram.

Mas, entretanto o tempo foi passando, o Plano Cruzado não deu certo, foi derrogado, a inflação voltou de forma violenta, corroendo salários e até a presente data não houve qualquer alteração nos valores percebidos por esses representantes, ficando sempre necessário salientar que houve acréscimo de responsabilidades pois em muitos municípios foi desativado um dos representantes e existe município onde não há representante, pois a ninguém mais interessa trabalhar nessas condições.

A propósito, é bom salientar que houve nos dois últimos anos um aumento real em mais de 1.000% (um mil por cento) no custo de vida, e a variação da OTN de abril de 1986 para março de 1988 passou de Cz\$ 106,40 para Cz\$ 820,42, o que vale dizer que os Cz\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados) de abril de 1986 valem hoje exatamente Cz\$ 38.551,53, fato esse que está devidamente comprovado pelas atuais circunstâncias em que hoje vivemos.

Há que se destacar ainda que os representantes municipais da Previdência Social nesse caso, onde há um contrato de prestação de serviços, recolhem a contribuição previdenciária no valor aproximado de Cz\$ 1.100,00 (um mil e cem cruzados) mensais, restando ao trabalhador a quantia de Cz\$ 3.900,00 (três mil e novecentos cruzados) mensais.

Com salário-mínimo ninguém sobrevive, e com menos de um salário-mínimo torna-se

impossível a sobrevivência e nós acreditamos hoje que esses representantes devam estar operando verdadeiros milagres para suportar tal situação.

Verifica-se também que existe um salário-mínimo a ser respeitado nesse País, o que não ocorre com a classe desses representantes da Previdência Social, que segundo conhecimento pessoal deste Parlamentar já reclamaram por muitas e muitas vezes, e todas sem solução.

Assim sendo, esse Parlamentar espera que após a aprovação do presente e cumpridas as demais formalidades legais, sejam enviadas cópias a todos os representantes do FUNRURAL e INPS do Estado do Paraná, para conhecimento destes, e bem como ainda sejam oficiados também aos Deputados Federais e Senadores eleitos pelo Estado do Paraná, solicitando aos mesmos que interfiram junto aos Ministros apontados para solucionar o problema ora apresentado, fazendo a verdadeira justiça, pois se a classe política não procurar resolver os problemas que afligem nossos trabalhadores e em especial nesse caso, quem irá resolvê-los?

Estes esperam que caia um cumpra com seu dever e sua obrigação.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Líder do PDT

Apoiamento: Cándido Bastos, Lindolfo Júnior, Nelson Vasconcellos, Milton Barbosa, Domingos Scarpellini, Paulo Furiatti, Hermas Brandão, Lauro Lobo Alcântara, Erondy Silvério, Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes, Pirajá Ferreira, Tadeu Lúcio Machado, Amélia Hruschka, Orlando Pessuti, José Afonso Júnior, Pedro Tonelli, Antônio Costenaro Neto, João Arruda, Haroldo Rodrigues Ferreira, Alexandre Ceranto, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Irondi Pugliesi e Algaci Túlio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes aos Senhores Iris Resende Machado, Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, Ministros de Agricultura, da Fazenda e Planejamento, solicitando providências na forma de voto, portaria ou instrução, que viabilizem a solução para as dívidas consolidadas através das Propostas SEAP n. 050, de 30.08.82, e n. 059, de 22.12.82, dos frigoríficos e cooperativas participantes do Estoque Regulador, junto à COBAL e Banco do Brasil, exemplo do que foi feito "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional, através de voto em 1983.

REQUER, ainda, que da decisão sejam notificados os Frigoríficos, Sindicatos e Cooperativas participantes do Estoque Regulador.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Desde 1981, os frigoríficos e cooperativas participantes do Estoque Regulador vêm enfrentando problemas com as dívidas contraídas junto à COBAL e Banco do Brasil, decorrentes das dificuldades de liquidez ocasionadas pelo ritmo lento de comercialização do produto, além de gastos de armazenamento e frigorificação que até então havia estado a cargo da COBAL.

Por intermédio da Proposta SEAP n. 059, de 22 de dezembro de 1982 foram tomadas medidas que permitissem a normalização do débito das empresas em epígrafe.

Para a grande maioria, entretanto, tais providências não foram suficientes para que todos pudessem honrar os compromissos e hoje, com a aplicação da correção monetária e juros que incidiram sobre o saldo devedor a situação tornou-se caótica.

Faz-se mister encontrar uma fórmula de promover uma nova consolidação das dívidas.

Acreditamos entretanto, que enquanto não se encontrar uma maneira de eliminar o efeito multiplicador que a correção monetária confere ao saldo devedor, tudo o que se faça será paliativo e prorroga, porém não elimina definitivamente o problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Judas Tadeu Grassi Mendes, encarecendo medidas que viabilizem, com a urgência que o caso requer, a construção do muro que delimita a área da "Escola Estadual Alberto Rebello Valente - Ensino de 1.º Grau", de Ponta Grossa, objeto do ofício n. 3.662/87-D.A. daquela Fundação à Escola, datado de 16 de outubro próximo passado.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Configura-se numa emergência e num fato que merece especial atenção a construção do referido muro, pois que está a constituir-se séria preocupação, tanto de parte daquela Direção quanto dos pais de alunos, pelos constantes riscos que vem oferecendo. A par disso, conta agora, com mais um agravante, ou seja, a passagem de tráfego pesado defronte à área escolar, em virtude de a Avenida Presidente Kennedy,

também chamada Avenida do Contorno, escoamento para as rodovias principais, estar interditada justamente no trecho que compreende a Escola, onde encontra-se em obras um túnel de retorno e acesso à outra pista. Outro aspecto a ponderar e que requer prioridade é o da ocorrência de vandalismo e ocupação da mencionada área, a noite, por elementos desclassificados, que vêm utilizando o local para fins inconfessáveis.

Denunciados estes fatos, há que se considerar a responsabilidade que está imposta àquela Direção, principalmente em se tratando de alunos de pouca idade e, por isso, indefesos.

Assim, dada a gravidade da situação, vem o Parlamentar encarecer, uma vez mais, por um posicionamento daquela Superintendência que venha, efetivamente, solucionar a questão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando um programa de emergência para solucionar os problemas causados pela falta de salas de aula na rede de escolas estaduais no Município de Maringá.

1. Secretário de Estado da Educação, Prof. Belmiro Valverde Jobim Castor.

2. Superintendente da FUNDEPAR, Senhor Judas Tadeu Grassi Mendes.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A situação das escolas da rede estadual em Maringá é grave, faltam carteiras, cadeiras, vagas, os prédios estão mal conservados e neste início de ano letivo, dezenas de alunos são obrigados a assistir as aulas literalmente em pé. Este quadro, segundo os próprios professores, vem sendo agravado pelo rápido crescimento populacional de Maringá, onde os estabelecimentos de ensino oficiais não possuem condições de atender ao aumento da demanda. Em alguns casos, a procura por vagas foi tão elevada que houve necessidade das unidades funcionarem com até quatro turnos e com intervalo de cinco minutos entre um e outro.

Nas 123 escolas oficiais de 1.º e 2.º graus da região (27 municípios vinculados ao Núcleo Regional de Ensino de Maringá), há equilíbrio em relação as vagas, e por serem cidades de pequeno porte e com baixo crescimento populacional, não existem maiores entraves. Os problemas agravam-se mesmo em Maringá.



Dificilmente, há escolas sem este problema. No colégio estadual João XXIII, no populoso Jardim Alvorada, só no período da manhã existem 538 alunos matriculados, embora o número de carteiras não exceda 449. E o de cadeiras 409, ou seja, só neste estabelecimento, cerca de uma centena de estudantes assiste as aulas em pé.

Diante do aumento do número de estudantes, alguns estabelecimentos são obrigados a reduzir de 50 para 40 minutos o tempo de cada aula e até criar quatro períodos durante o dia, e a diferença entre um período e outro é de cinco minutos apenas, período insuficiente para a limpeza das salas. Enfim, resumindo, os problemas de superlotação, falta de carteiras, cadeiras, e a falta de uma solução à vista deixa em Maringá um quadro caótico na rede de escolas estaduais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, requerendo medidas emergenciais por parte do Governo, no sentido de se estabilizar a agricultura nacional, e de fazer cumprir as Resoluções n. 1352 e 1431 do Banco Central.

1. Presidente da República, Senhor José Sarney.

2. Ministro da Agricultura, Senhor Iris Resende Machado.

3. Presidente do Banco Central, Senhor Fernando Miliet.

4. Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias.

5. Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Senhor Osmar Dias.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de acomodar os débitos dos produtores agrícolas e reparar os prejuízos do Plano Cruzado e equilibrar a situação dos agricultores procurando mantê-los nas terras, o Conselho Monetário Nacional aprovou a Resolução n.º 1352 do Banco Central do Brasil de 1.º de julho de

1987. Apesar da boa intenção por parte do Conselho Monetário Nacional, houve atraso por parte do Governo Federal na publicação dos valores Básicos de Custeio (VBC's) exigidos pelos bancos em empréstimos na Carteira Agrícola, assim os ruralistas foram obrigados a fazê-los pelas carteiras comerciais, onde grande parte dos agricultores ficaram sem os benefícios impostos na Resolução n.º 1352, que além de subsidiar os juros, eximiu a correção monetária.

Pelos encargos excessivos das Carteiras Comerciais, os agricultores em sua maioria, não conseguiram pagar a dívida, que após vencidas tiveram um crescimento desordenado, após aplicados os encargos ilegais, cobrados pelas instituições financeiras, acarretando em prejuízo, mais uma vez repassado para a agricultura.

Atendendo mais uma vez os agricultores que não conseguiram empréstimos através da Carteira Rural, e que se encontravam desabrigados da Resolução n.º 1352, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional criaram a Resolução n.º 1431 de 15 de dezembro de 1987, que vem com a intenção de pacificar e socorrer todos os agricultores com saldos devedores vencidos ou a vencer, de qualquer natureza, desde que o dinheiro emprestado tivesse sido aplicado na agricultura. A medida permite o enquadramento do item 3.º da Resolução N.º 1352, das operações contratadas na Carteira Comercial, ou nas Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos, ou nos bancos de investimento, vinculados ao mesmo conglomerado Comercial, desde que os recursos tenham sido realmente aplicados dentro da atividade rural. Este enquadramento não é difícil, basta provar a destinação do dinheiro através do próprio cadastro, ou por declarações pessoais do mutuário.

É importante ressaltar que o prazo para aumento segundo a resolução, deve ser fixado segundo a capacidade de pagamento do devedor, o que, no caso de cafeicultores, este prazo deve ser de 4 anos, com um ano de carência.

Precisa-se criar a conscientização de que há necessidade de criteriosa regulamentação para estes benefícios que foram instituídos para o resgate dos agricultores. A Resolução fala de consulta aos interesses dos agricultores, dependendo das condições. Não importa apenas os prazos, mas também os valores a serem fixados, e demais dispositivos de lei aplicáveis à matéria, de modo que não haja os costumeiros acréscimos de juros extorsivos, correção monetária, comissão de permanência e outras taxas, que são expressas na conta final de uma quitação de débito. Na forma como os bancos estão cobrando, hoje as di-

vidas vencidas há 180 dias, com o principal de 20 milhões de cruzados, chegam a 80 milhões o que podemos considerar como o problema mais grave, que vem crucificando o devedor, condenando-o à perda total, caso não seja socorrido e é importante frisar que milhares de produtores rurais estão sendo demandados pelos bancos nestas proporções alarmantes.

Caso isto continue e não sejam tomadas medidas emergenciais, agricultores de todo o País, principalmente os pequenos produtores de todas as regiões, onde verificamos diversos casos de pequenos produtores cujas propriedades estão sendo leiloadas numa verdadeira reforma agrária às avessas, o que vem atingindo além dos proprietários, os avalistas.

Urge que os bancos cumpram as Resoluções, ou que o Banco Central faça cumprir estas Resoluções na forma estabelecida, caso contrário o Poder Judiciário será acionado para a defesa dos sacrificados lavradores para que seus direitos sejam assegurados, evitando assim que as lavouras sejam abandonadas mais do que já estão e que os agricultores sejam desestimulados ainda mais. O governo precisa entender que o Brasil é um País extremamente agrícola.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Muni-

cípio de Mandaguapu.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário de Trabalho e Ação Social, solicitando um estudo da viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador Álvaro Dias e ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias, solicitando o fim das demissões imotivadas e a imediata reintegração dos funcionários demitidos sem justa causa na ACARPA e no IPARDES que, inclusive, já estão sendo reintegrados pela própria Justiça e REQUER seja encaminhada cópia do Presente à AFA - Associação dos Funcionários da Acarpa, ao SINDASP e à Associação dos Funcionários do IPARDES - AFIPA.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamto: Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela e Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:



A onda de perseguições e demissões ocorridas nos últimos meses no IPARDES e na ACARPA, são inadmissíveis. Não existe explicação que justifique demissões de caráter político. A prática adotada pelo Governo Estadual é comparável aos piores anos da ditadura militar que se instalou no País nos últimos anos. Estão sendo demitidos técnicos competentes, pois suas fichas de avaliação o comprovam, do mais alto valor, simplesmente por que não se alinham ao partido do governo. Além da imediata readmissão dos injustamente demitidos é preciso que as demissões cessem, pois há muita intranquilidade entre o funcionalismo sobre a continuidade das perseguições e demissões. Afinal, o Estado quando contrata o servidor não pode exigir-lhe identidade ideológica ou partidária. Porém, com a prática atual do Governo, teme-se que esta prática se transforme em Lei. Este Poder não pode calar-se diante de tamanha transgressão, razão pela qual peço a aprovação do requerimento ora em discussão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da presente sessão, de votos de congratulações ao Jornal "DIÁRIO POPULAR", pela passagem, no último dia quatro, dos seus vinte e cinco anos de circulação, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Diretor Proprietário, Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) LUIZ ANTONIO SETTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A credibilidade, confiança e tradição de um jornal, só é conquistado pelo trabalho sério que realiza. É assim que o "Diário Popular" trabalha. Como precursor que enfrentou inúmeras dificuldades, conseguiu graças a sua competência e convicção realizar seus objetivos.

Não poderia Sr. Presidente, Srs. Deputados deixar de, através do presente requerimento, procurar tão somente homenagear o "Diário Popular" mas reconhecer a importância e cumprimentar a todos os seus profissionais de alto padrão profissional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários em Brasília, solicitando inclusão do município de Pato Branco

do programa governamental "Ticket Leite".

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Pato Branco conta com uma das maiores usinas de produção de leite tipo "C" do Estado; entretanto, paradoxalmente, apresenta elevadíssimo índice de famílias carentes, cujo poder aquisitivo tende a cair numa progressão velozíssima e assustadora; tais famílias, em sua maioria, numerosas vêem-se às voltas com os problemas próprios do momento de transição que vive a Nação; entretanto, paralelamente, deparam-se com o dia-a-dia da dificuldade em alimentar os seus rebentos, convivendo com o fantasma da degeneração da espécie, pela quase que total ausência de uma alimentação mais rica em nutrientes, que lhes possibilite almejar um futuro menos sombrio.

Inegavelmente, o programa governamental "Ticket Leite" representa para milhões de famílias brasileiras, uma alternativa para enriquecimento alimentar, o que o caracteriza como um programa eminentemente social e de vasta abrangência.

Pelo exposto, encarecemos a anuência dos nobres Pares deste Poder, e solicitamos que, do presente, se dê ciência ao senhor Dileto Nichele, Diretor Presidente da Agropecuária Guarany Ltda, do município de Pato Branco.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Senhor Abdo Aref Kudri, MD. Diretor do "Diário Popular", cumprimentando-o pelas comemorações alusivas ao jubileu de prata daquele noticioso.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Há 25 anos, o "Diário Popular", sob a direção segura e eficiente do jornalista Abdo Aref Kudri, vem prestando, na área da informática e comunicação, relevantes serviços à comunidade paranaense, levando as notícias corretas e coerentes aos seus milhares de leitores, sempre sob o crivo da liberdade e total independência jornalística.

Noticioso que goza de invejável conceito pela sociedade paranaense, destaca-se sobretudo, pela sua independência na retratação dos fatos que são notícias, em toda a área da comunicação, adotando um critério de transparência e honestidade invejáveis em suas informações.

Por essa razão, merece o testemunho do

nosso reconhecimento e admiração.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão nos Anais desta Casa de Leis, do editorial "Que o Legislativo legisle e o Executivo governe", publicado nos jornais "Gazeta do Povo", de Curitiba e "O Paraná", de Casca-  
vel.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) DAVID CHERIEGATE.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja transcrito nos Anais da Assembléia, o pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Borges da Silveira quando de sua posse no Ministério da Saúde.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Senhor Ministro Borges da Silveira.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas parlamentares e ouvido o Douto Plenário, REQUER seja transcrito nos Anais desta Sessão, o editorial anexo, intitulado "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe", de autoria do jornalista Roberto Marinho, publicado na edição de 1º de março de 1988, na "Gazeta do Povo", desta Capital.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

**JUSTIFICATIVA:**

Pelo seu teor e conteúdo, observa-se que a ponderada peça jornalística procura esvaziar o conflito político gerado no País, nas últimas semanas, com um sensato apelo à boa vontade de ambas as partes, no sentido da busca da plena normalidade institucional. Merece, portanto, figurar nos Anais desta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, bem como a transcrição nos Anais da Casa, o inteiro teor do artigo "O Mar de Lama", de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, publicado no Jornal "O Estado do Paraná" de 18 de fevereiro de 1988, às fls. 03.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Senador Fernando Henrique Cardoso e ao Jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, registro da matéria publicada pelo Jornal "O Estado de São Paulo" do dia 6 de março de 1983, com o título "Dois anos para novo Presidente", onde o entrevistado ex-governador do Rio de Janeiro e atual Presidente Nacional do P.D.T. Sr. Leonel Brizola faz colocações importantes a respeito da política brasileira e da atual Constituinte, bem como ainda outros fatores que, sem sombra de dúvidas, trariam soluções aos problemas brasileiros.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) VALDERI MENDES VILELA.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N° 22/88

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica sem efeito a cessão, por doação, à Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, através do Decreto n° 12.202, de 26 de novembro de 1941, do imóvel de propriedade do Estado, situado na Colônia Argelina, Bairro do Bacacheri, município de Curitiba, com área de 198.776m<sup>2</sup> (cento e noventa e oito mil e setecentos e setenta e seis metros quadrados).

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a doar o referido imóvel ao município de Curitiba, exceto a área correspondente a 24.200 m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), que contém edificações onde funcionam uma escola de excepcionais e outra para menores.

Art. 3º - O Município de Curitiba deverá utilizar o citado imóvel para a construção de moradias financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

**JUSTIFICATIVA:**

No ano de 1941, o Estado do Paraná através de Decreto do então Interventor

Manoel Ribas, cedeu para a Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná a área de terras correspondente à antiga Colônia Argelina, no Bairro do Bacacheri, em Curitiba. O objetivo era a construção por parte daquela entidade de um preventivo para o atendimento de filhos de lázaros.

Ocorre que o imóvel nunca foi utilizado para o fim a que se destinou, o que por si só já é razão para que se faça a reversão daquela área de terras ao patrimônio do Estado.

Atualmente, apenas uma pequena parte do imóvel é utilizada por uma entidade que mantém uma escola para excepcionais. A maior parte da área de terras permanece sem uso, localizada em uma privilegiada região de nossa Capital.

A doação do imóvel ao Município de Curitiba, para que ali seja desenvolvido um projeto de construção de moradias financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação, nos parece a melhor destinação que se pode dar para aquela referida área de terras. Por outro lado, fica preservada a destinação que atualmente é dada a uma pequena parte do imóvel, justamente aquela onde existem edificações e benfeitorias.

A medida que estamos propondo é uma forma de dar a melhor destinação social a um imóvel pertencente ao Estado e não utilizado por ele. Confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

**PROJETO DE LEI N° 23/88**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Iporã - APAE, com sede e foro no município de Iporã - Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) NILTON BARBOSA.

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Amigos de Excepcionais é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, de duração ilimitada e tem por objetivo promover o bem estar e o ajustamento em geral das pessoas excepcionais, onde quer que se encontrem; estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais; cooperar com as instituições públicas e particulares empenhadas na educação de excepcionais e incentivar a dissiminação e criação das mesmas; incentivar a criação e o aperfeiçoamento de classes especiais em grau primário e secundário e promover a criação de empregos para os excepcionais, além de outras medidas que venham benefi-

ciar o entrosamento na sociedade das pessoas excepcionais.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual; é o que estamos propondo aos nobres Parlamentares.

**PROJETO DE LEI N° 24/88**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paula da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida do Barigui do Seminário", com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se a disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) ALGACI TÚLIO.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade a ser distinguida com a declaração de Utilidade Pública, vem prestando serviços relevantes à comunidade desde 1965. Sua finalidade específica é dar atendimento aos carentes, "sobretudo mediante a visita domiciliar aos mesmos.

Num momento histórico, como o que atravessamos, com as mais graves crises sócio-econômicas já vivida, o apoio de entidades como a presente é marcante e necessária.

A documentação em anexo é comprovante de que a mesma possui os requisitos exigidos para merecer a declaração do reconhecimento estadual de Utilidade Pública.

**PROJETO DE LEI N° 25/88**  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Educacional "Lar São Francisco de Assis", com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que este Plano de Lei pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando efetivos serviços nas áreas da saúde e educação dos adolescentes carentes. Proporciona facilidade de acesso às escolas públicas, e oferece cursos profissionalizantes, formação integral, moral e espiritual.

Esta entidade também executa um trabalho juntamente com os familiares visando um complemento no atendimento e adaptação familiar.

A documentação que instrui este Proje-

to, encontra-se dentro dos ditames da Lei n° 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 26/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

Art. 1° - Fica obrigatória às empresas intermunicipais de nosso Estado cederem duas passagens por viagem, às pessoas carentes e sem recursos, que necessitam voltar aos seus lugares de origem.

Art. 2° - Estas passagens terão seu percurso dentro do Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

A crise em que vivemos tem prejudicado todos os segmentos da sociedade, em especial a classe dos mais pobres, dos mais humildes. Baixíssimos salários, altíssimo índice de desemprego, custo de vida exorbitante e principalmente, a discriminação de níveis sociais têm atingido em cheio a nossa população, criando um grande abismo que separa ricos que ficam cada vez mais ricos e pobres que ficam cada vez mais pobres.

Nosso propósito em apresentar este Projeto de Lei, baseia-se no fato que o alto preço das passagens tem dificultado a deambulação necessária que a todos se atém, criando uma expectativa nos que precisam viajar e não têm recursos para aquisição dos bilhetes.

É comum em nosso Estado o êxodo das comunidades mais humildes, dos municípios menores, dos centros de triagem mais pequenos para a nossa Capital à procura de tratamento médico adequado, maiores recursos tecnológicos, patologia clínica mais desenvolvida, médicos especialistas, enfim, toda uma estrutura melhor e mais ampla para o melhor atendimento aos doentes.

Neste êxodo, as pessoas comumente procuram as autoridades municipais a fim de obterem passagens de ida e volta, o que normalmente só conseguem a ida. Após o tratamento, estas pessoas de posse do atestado médico procuram, em todas as portas, adquirir o retorno, o que nem sempre conseguem, redundando na maioria das vezes, em pessoas desesperadas, famintas e sem esperança de voltarem para o lar. Como conseqüência natural, estas pessoas normalmente dão-se à vadiagem, na maioria dos casos, ao hábito de pedirem, superlotando albergues e abrigos, fazendo proliferar na maioria das vezes a promiscuidade e o que é pior, o contágio dos mais diversos tipos

de moléstias.

Em sendo assim, apelamos aos mais nobres sentimentos de nossos Pares, para que amenizemos esta situação caótica e assustadora, pois a cada dia aumentam os índices de criminalidade, de assaltos, de arrombamentos, e sem querer acusar ninguém, isto é fruto da falta de apoio familiar que nossa sociedade tem prestado às pessoas mais carentes e bafejadas pela má sorte.

Sabemos da pluralidade problemática que envolve a questão, todavia, se atentarmos para o pobre e necessitado, teremos benefícios sem conta, além de contribuirmos com a assistência social à nossa população. Sabemos também, que há que se planejar um sistema para estas concessões, porém temos convicção que se cada coletivo intermunicipal tiver a disposição duas vagas para pessoas que comprovadamente não possuam condições de viajar, contribuiremos com o tratamento do doente, daremos um apoio psicológico que é o encontro com a família, ponto básico para sua recuperação, diminuiremos o fluxo de pessoas pedintes, adequaremos melhor o sistema de assistência social e restringiremos o número de desocupados pelas ruas de nossa Capital. É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 27/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Reverendo Doutor Manoel Ferreira, pelos imensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

É com o coração invadido por alegria ímpar, que trazemos à apreciação deste Augusto Plenário, o Projeto de Lei que concede o Título de Cidadania Honorária ao ínclito Reverendo Dr. Manoel Ferreira.

Nascido aos 30 dias do mês de maio de 1932, na interiorana cidade de Arapiraca, em Alagoas, terra de Marechais, de Presidentes, de Filósofos, Poetas, políticos, enfim, de uma plêiade de homens públicos, que só dignificam a nossa terra, no passado e no presente, por sua postura, a postura do alagoano, de líder, de honra, de peso.

De origem humilde, teve sua infância e juventude muito sacrificadas e laboriosas, das quais até hoje, ele conserva marcas ideláveis e profundas. Com muita luta rea-

lizou seus estudos. Solteiro, passou sua adolescência e juventude com muitas privações, porém sempre se destacou pela inteligência e vivacidade com que pautou sua existência.

Através desta existência, conseguiu formar-se em Teologia pelo Instituto Bíblico Batista e a Faculdade Teológica Batista de São Paulo; formou-se em Sociologia pela Faculdade Toledo Piza de Baurú; formou-se em Ciências Eletrônicas através do Instituto Edson de São Paulo; Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - inclusive nesta área, realizou mais 8 cursos de especialização; e por fim, formou-se como Juiz de Direito de São Paulo.

Casado com a irmã Irene da Silva Ferreira em maio de 1957, também nascida em Alagoas, o Pastor Doutor Manoel Ferreira adquiriu de Deus uma esposa que, com grande garra e dedicação tem estado ao seu lado em todo tempo administrando a casa com mão forte e segura, tornando-se peça preponderante e imprescindível de sua vida e seu Ministério.

Dessa união feliz, Deus lhe deu 5 filhos: Wagner de Cássio Ferreira, nascido em maio de 1958 é músico instrumentista; Wagner de Cássio Ferreira, nascido em fevereiro de 1960 é operador cinematográfico; Abner de Cássio Ferreira, nascido em novembro de 1964 é Vice-Presidente da Igreja Assembléia de Deus em Campinas (SP); Vasti de Cássio Ferreira, nascida em novembro de 1966 realiza atualmente 2 cursos universitários; Samuel de Cássio Ferreira, nascido em maio de 1968 é Coordenador das "Cruzadas Vida", atualmente residindo nos Estados Unidos da América, em Los Angeles.

O Pastor Doutor Manoel Ferreira converteu-se ao Evangelho de Jesus Cristo em 02 de março de 1956. Foi consagrado a Evangelista em 01 de maio de 1960, e a Pastor em 01 de maio de 1964, através da imposição das mãos ungidas do saudoso e querido Pastor Paulo Leivas Macalão, na Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Madureira, Rio de Janeiro. Além destas, é Cidadão Carioca reconhecido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e por 2 vezes condecorado como "Comendador".

Em seu Ministério, presidiu as Igrejas Assembléias de Deus em Arapuã (SP), Capão Bonito (SP), Garça (SP), Baurú (SP), Vila Alpina (SP), Brasília (DF) e Campinas (SP). Além de ter presidido as Igrejas retro-mencionadas, o Pastor Doutor Manoel Ferreira prestou atividades por todo o Brasil e exterior, em especial ao Estado do Paraná. Em todas as cidades onde a Igreja Assembléia de Deus Ministério de Madureira tem se enraizado, as marcas in-

deléveis de sua administração, apoio e respaldo, têm sido profundas e inesquecíveis. Seja em Londrina, Cornélio Procopio, Andirá, Rolândia, Arapongas, Jaguapitã, Apucarana, Maringá, Sarandi, Nova Esperança, Paranavaí, Nova Londrina, Cianorte, Umuarama, Cascavel, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Medianeira, Santo Antônio do Sudoeste, Teixeira Soares, Guarapuava, Telemaco Borba, Ivaiporã, Ponta Grossa, Castro, Francisco Beltrão, Pato Branco, Palmas, União da Vitória, Matinhos, Guaratuba e em nossa Capital, bem como toda grande Curitiba, ou seja, Almirante Tamandaré, Piraquara, Colombo, São José dos Pinhais e Araucária.

Esse apoio sempre foi de forma forte e sensível, seja financeiramente ou construtivamente; seja organizacional e burocraticamente ou no investimento de seu "Know How" nas potencialidades de crescimento eclesiástico; seja no incentivo a novos Obreiros ou no Ensino Teológico e Espiritual, passando pelo social, intelectual e até no psicológico.

O Paraná deve muito a este grande homem, que muitas vezes em detrimento de sua força física, humana e familiar, devotou ao Paraná um interesse todo especial, objetivando que almas que se encontravam irremediavelmente perdidas e sem salvação, alcançassem um novo escopo de suas vidas.

Em sendo assim, rogamos aos nossos Pares, que assim como nós, olhando pelos olhos espirituais, vejamos o quanto esse homem é útil ao nosso Estado, e o homenageemos com a Comenda mais significativa de nossa tradição, concedendo-lhe o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 28/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "União Umbandista Pai João de Aruanda", com sede e foro na município de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, já é Utilidade Pública Municipal. Presta ela, relevantes e inestimados serviços à comunidade, além de cultuar a Umbanda e dar condições a seus membros, para serem portadores dos benefícios por ela proporcionados.

Pelo exposto, contamos com apoio por parte dos nossos ilustres Pares da Casa.

PROJETO DE LEI N. 029/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 19 de março de 1972. Desde então vem realizando aquilo que bem determina em seu Estatuto, ou seja, o de prestar Assistência Social, de acordo com a sua possibilidade, atingir a todos em sua função que fizer necessária.

A documentação que anexamos ao presente, preenche todos os requisitos da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dão normas para que uma entidade seja declarada de Utilidade Pública.

Isto posto, solicito dos nobres Pares desta Casa, o apoio para o presente Plano de Lei e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 030/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Faculdade Estadual de Filosofia de Paranavaí, integrada ao sistema de ensino superior estadual do Paraná, na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A educação é um dos principais direitos do cidadão e uma das principais obrigações do Estado. Assim sendo, não pode o Estado se furtar de proporcionar aos seus cidadãos a oportunidade de frequentar uma instituição de ensino superior, pois através do ensino e da capacitação profissional que se aprimora o homem, e evolui a sociedade que o circunda. Portanto, é neste sentido que encaminhamos o presente Projeto de Lei, objetivando a estadualização da Faculdade de Filosofia de Paranavaí, proporcionando àquela comunidade o ensino superior mais acessível e buscando cada vez mais a democratização do ensino.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti). Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra a Sua Excelência o Deputado Paulino José Delazeri. (Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra a Sua Excelência o Deputado Lindolfo Júnior. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela. (Declina).

Havendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra a Sua Excelência o Deputado Pedro Tonelli, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras, companheiros Parlamentares que brilhantemente comparecem e compõem, representam nesta data, o Poder Legislativo.

Estou encaminhando para apreciação do Plenário desta Casa, requerimento de suma importância que requer o envio de um expediente ao Governador do Estado do Paraná, bem como ao Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, solicitando o fim das demissões imotivadas e a imediata reintegração dos demitidos sem justa causa. Por quê? Recentemente o Governo Estadual ofereceu um triste espetáculo de autoritarismo político.

Depois da greve dos servidores da administração indireta, em dezembro, passou a promover demissões em massa que até agora atingiram a ACARPA e o IPARDES num total de 46 demissões além de uma série de transferências ilegais de dirigentes sindicais.

O caso da ACARPA é o mais escandaloso. O irmão do Governador e Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias, assumiu interinamente a Presidência da ACARPA em janeiro apenas para, como disse ele, limpar a área, com sua truculência habitual.

Promoveu 29 demissões das quais 24 sem qualquer justificativa. Os atingidos, a maioria, são comprovadamente funcionários competentes e dedicados ao trabalho, tendo apenas um defeito: não rezavam e não rezam na cartilha do Senhor Osmar Dias e do FMDB e não comungam totalmente com o plano do Governo Estadual.

Creio eu que esse é o mais grave motivo apresentado por 24 das 29 demissões da ACARPA no Estado.

Como se não bastassem as demissões e transferências arbitrárias, o próprio Secretário entregou a um verdadeiro show de baixo nível, referindo-se aos demitidos como vagabundos, chamando-as de "galinhas" e outros termos de baixo escalão, que funcionários com 15, 18, 12 anos de serviço público na ACARPA, certamente não merecem.

Logo depois das demissões da ACARPA foi a vez do IPARDES, mais uma vez utilizando argumentos furados. O Governo forçou a demissão de 17 funcionários entre os quais um é da direção estadual do Partido



dos Trabalhadores. Motivo real: perseguição política motivada pela greve realizada no mês de dezembro.

Reagindo, os funcionários da ACARPA bem como os funcionários do IPARDES exigiram inquéritos administrativos para comprovar as acusações do Governador e do Secretário de Estado da Agricultura.

Em caso contrário sem estender as punições, respondendo com arrogância peculiar, o Governo negou qualquer explicação, e o próprio Governador Álvaro Dias acabou fazendo coro nos meios de comunicação com as próprias grossuras do seu irmão Secretário.

Mas a Justiça do Trabalho começa a reparar as arbitrariedades cometidas pelo Governo. Dois funcionários da ACARPA, o ex-Presidente da Associação dos Funcionários, Senhor Arnaldo Bandeira, que estava na empresa há 16 anos, e Maria Irene Cardoso, que fazia um brilhante trabalho junto aos assentamentos de ABAPÁ, obtiveram liminares e foram reintegrados em seus trabalhos. Cinco dos 6 transferidos, por serem dirigentes sindicais, tiveram suas transferências suspensas pela Justiça que considerou as medidas arbitrárias.

Ao mesmo tempo em que todos os demitidos do IPARDES e também da ACARPA recorrem à Justiça para que sejam reparadas tais arbitrariedades, Osmar Dias continua jogando baixo ... O Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias e Avaliações (SINDASP), Murilo Milleo, é funcionário da ACARPA licenciado, mas pago pelo Sindicato. O Secretário mandou chamá-lo de volta à ACARPA, sob pena de demissão por justa causa. Murilo Milleo recorreu à Justiça, pleiteando a declaração de arbitrariedades e ilegalidade da medida. A liminar foi concedida, tendo o juiz concordado com os argumentos do sindicalista.

Assim, percebe-se que a Justiça começa a reverter às atitudes autoritárias do Governo Estadual, o que não foi muito difícil, tendo em vista a total falta de argumentos convincentes para as demissões. E a luta deles vai continuar. Mas tudo leva a crer que o Governo também pretende prosseguir na linha da perseguição política aos servidores não identificados com suas intenções. Trata-se de um método que o Governo adotou para pulverizar qualquer oposição.

Qual o motivo de tudo isso? Por que o Governo do PMDB está utilizando os mesmos métodos da ditadura Militar e da Velha República? E o que é pior: o mesmo Governo que promove as demissões arbitrárias prepara-se para promover um arrocho salarial sem precedentes contra o funcionalismo público.

Por isso, qualquer atitude do Governo

contra os servidores tem que ter uma resposta. Se algum servidor tinha ilusão neste Governo, perdeu. Por isso é que nós estamos solicitando que seja encaminhado um expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Agricultura para que voltem atrás e reconheçam o direito, que é o direito dos trabalhadores públicos que trabalham e prestam serviços para o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Deputado Pedro Tonelli, o seu tempo está esgotado, e esta Presidência lhe concede mais 30 segundos para que Vossa Excelência termine o seu pensamento.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente. É com base nestas argumentações que eu gostaria que esta Casa se pronunciasse em defesa dos servidores públicos da administração direta e indireta, aqueles - é lógico - que prestaram e continuam prestando um trabalho valioso para o Estado do Paraná.

Pego excusas aos nobres companheiros devido à escassez do tempo e na próxima oportunidade eu concedo os apartes solicitados.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Consulto a Liderança do Partido Liberal se fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso, Líder do Partido Liberal nesta Casa de Leis.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ocupo a tribuna desta Casa, em data de hoje, para lembrar a lamentável perda registrada durante este tempo de recesso quando fomos surpreendidos com o infausto e prematuro falecimento do Dr. Daniel Egg: Diretor da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná e do Hospital Evangélico de Curitiba.

Não poderia ficar na simples menção do fato numa mensagem de solidariedade à família enlutada esta manifestação, eis que o vulto emérito de Curitiba ao longo de sua existência, foi o credor do mais profundo reconhecimento desta terra. Faço por dever de consciência, o registro desta lamentável perda, certo de que comungam com o meu pensamento, todos os parlamentares desta Casa, bem como a comunidade em geral. Vulto emérito de Curitiba, por proposição do Vereador Santiago Losso, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal desta Cidade, em 1978. Ilustre cidadão soube não apenas justificar tal honraria, como avalizá-la por novas e brilhantes realizações no campo de trabalho a que se dedicou com tanto entusiasmo.

Formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 7 de dezembro de 1944, o Dr. Daniel Egg fez de sua profissão um verdadeiro sacerdócio cumprindo fielmente os princípios de Hipócrates no exercício de uma função onde fazer o bem e restaurar a saúde sempre representaram sua palavra de ordem. Sua atuação curricular traz um histórico invejável onde desfilam especializações que ao longo deste tempo cumpriu, procurando sempre aperfeiçoar conhecimentos para transformá-las em ação de efetivo bem estar a seus irmãos. Sua presença em publicações nacionais e internacionais, identificavam sempre não apenas o verdadeiro cientista em busca de novas conquistas, como o lado humano de quem transformava, com seu trabalho, a esperança em realidade quanto à saúde do seu próximo. De 1960 até o seu passamento, legou publicações que retratam a ânsia do saber e a preocupação em dividir com o próximo os conhecimentos que amalhava com diuturno trabalho.

Membro titular da Academia Paranaense de Medicina, Daniel Egg, soube honrar sua profissão de médico e hoje serve de exemplo à nova geração. Convivi com este verdadeiro irmão e pude avaliar a importância de sua presença na comunidade principalmente entre os humildes, aos quais dedicou-se em transmitir conhecimento extravasando os limites da pedagogia e os transformando em amigos a conversar com amigo passando-lhes conhecimentos.

Como cidadão da comunidade jamais deixou de integrar movimentos, associações e entidades nas quais pudesse dar contribuição importante. Na família foi exemplo que transmite, hoje, através daqueles que levam seu nome como verdadeira relíquia. Daniel Egg soube, realmente, nesta sua passagem terrena transformar a presença mundana num ato mágico de recompensa a quem teve oportunidade de conhecê-lo ou embeber-se com seu conhecimento.

Inútil seria transmitir aqui dados biográficos que na frieza das palavras não fizessem sentir a emoção que nos toca quando falamos nesta figura recentemente desaparecida. No entanto não podemos, apesar de bastante conhecido, deixar de registrar a passagem deste ilustre e grande homem na Direção Geral do Hospital Evangélico.

Daniel Egg sempre lutou, movido por seu espírito humanitário, para o atendimento naquela Casa de Saúde fosse igual para todos, independentemente de posições sócio-econômicas. Inclusive, fato que merece registro é a determinação pessoal de Daniel Egg. E esperamos tenha a continuidade de atender primeiro, para depois proceder os trâmites burocráticos. Não importava a ele se o paciente portava ou não

documentos, o importante era socorrer quem necessitasse de atendimento. A marca de uma grande personalidade permanece para a posteridade. E, com Daniel Egg, será assim, desde o reconhecimento dos estudantes da Faculdade Evangélica de Medicina por ele criada, numa singela, mas significativa, homenagem deram o seu nome ao Diretório Acadêmico, e até a população que reconhecia, em algum momento, tenho certeza, elevou uma prece a Daniel Egg. Ao fazer essa lembrança como amigo e admirador da obra de Daniel Egg, cumprio também a finalidade parlamentar de valorizar exemplos vivos ou que já nos deixaram, mas cuja ação continuará inspirando-nos.

Daniel Egg não foi um simples cidadão que passou pelo mundo, foi o homem que, na acepção exata do termo, cuja presença valorizou-se em atos e ações de amor ao próximo, sublime missão dos discípulos de Deus.

Que essa Mensagem inserida nos Anais desta Casa seja sempre a demonstração de que na lembrança de nomes como de Daniel Egg possamos tomar verdadeiras injeções de entusiasmo para cumprir também a nossa missão de fazer o bem ao próximo.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado. (Assentimento)

Quero cumprimentá-lo e fazer minhas as suas palavras, porque nós também conhecemos profundamente o médico e o homem Dr. Daniel Egg. E, graças a sua atuação diante do Hospital Evangélico, pudemos atender a várias pessoas que nos procuravam em nosso gabinete dentro da Câmara de Vereadores e aqui nesta Assembléia Legislativa. E ao seu lado, ao lado de Santiago Losso, ao lado do seu irmão Igo Losso fomos os Parlamentares que estivemos na sua última homenagem, naquela tarde chuvosa em Curitiba, representando esta Casa de Leis, representando a Assembléia Legislativa e representando a Câmara de Vereadores para levar o nosso último adeus a esta figura extraordinária que foi o Dr. Daniel Egg.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Quero agradecer o aparte do eminente Deputado Algaci Túlio, lembrando de que foi um dos que aprovou...

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Esta Presidência comunica a Vossa Excelência de que o tempo está esgotado, mas lhe concede, mais 30 segundos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - ... Muito obrigado, Senhor Presidente ... Foi um dos que votou a proposição que causou tanta inspiração, tanta emoção a Daniel Egg e aos seus familiares.

Realmente, o reconhecimento a alguém em vida é algo que deve ser praticado pelos parlamentares, porque é o reconhecimento ao valor, ao trabalho e à dedicação. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) Esta Presidência consulta a Liderança do PDS - Partido Democrático Social, se fará uso da palavra. Com a palavra o ilustre Parlamentar, Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS nesta Casa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Governador Álvaro Dias quando cumpriu a Constituição, e aqui esteve para prestar contas dos atos do seu Governo, disse que faria um relatório não apenas estatístico, mas falaria a linguagem da sinceridade.

Usou Sua Excelência, naquela ocasião, de uma figura memorável da Literatura Brasileira.

Graciliano Ramos, autor de "Memórias do Cárcere", homem da literatura e da política. Na literatura, vitorioso, e na política, tendo que correr às barras dos tribunais na época da ditadura Getuliana. Lembrou Sua Excelência de Graciliano Ramos. E por que o fez? Porque Graciliano Ramos, certa ocasião, Prefeito de uma pequena cidade de seu Estado natal, mandara ao Governador do Estado um simples bilhete, relatando o que tinha podido fazer com os pequenos e poucos recursos que a sua Prefeitura natal possuía.

Pois bem, Álvaro Dias pregou a sinceridade, desta tribuna. E em nome da sinceridade que Sua Excelência exigiu no relacionamento com os políticos que eu quero consultar à liderança do Partido Governista, nesta Casa. Consultar aos seus porta-vozes aonde está a sinceridade do Governador Álvaro Dias quando lemos notícias como a que estampou o respeitado jornal paranaense, A "Folha de Londrina", no domingo, onde Sua Excelência afirma que o Estado não aceitará mais a ajuda dos banqueiros em reportagem publicada no dia 6 de março deste ano, a notícia da página geral do matutino da capital do Norte do Paraná, afirma que Álvaro Dias não quer mais ajuda dos banqueiros.

Pois bem, se Sua Excelência não quer mais a ajuda do banqueiro, porque acha que neste Estado não pode haver complacência com os contraventores, porque neste Estado se não houver uma polícia bem equipada e um aparelho judiciário com capacidade de impor a lei e a ordem, o que nós veremos é a proliferação de crimes. Crimes contra a vida, contra o patrimônio, contra o ser humano. É de se consultar: onde está a sinceridade do Governador Álvaro Dias, que

admitia ontem receber auxílio dos banqueiros e hoje afirma não receber mais? De que forma, Senhores Parlamentares, o auxílio que o Governador Álvaro Dias deve ter recebido foi contabilizado na contabilidade pública do Estado do Paraná? Ou será que se criou um caixa 2 para contabilizar o dinheiro da contravenção? E de que forma este dinheiro está sendo aplicado?

Ora, Senhores Parlamentares, é em nome da sinceridade de que o Paraná precisa perguntar. Em 1982 a dívida externa do Estado era de 300 milhões de dólares. Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, desta tribuna, da tribuna da Casa da fiscalização das leis do Estado afirmou que a dívida hoje, neste ano, era de 1 bilhão e 500 milhões de dólares. Provavelmente Sua Excelência não contabilizou ainda a dívida da administração indireta ou das companhias e sociedades de economia mista. Porque nós sabemos que só a Usina de Salto Segredo custa ao Paraná, 1 bilhão de dólares. É em nome da sinceridade que se deve perguntar. Um bilhão e 200 milhões de dólares foi o preço do desgoverno do PMDB nos 5 anos de mandato, porque em 5 anos, o governo peemedebista endividou em dólares mais o Paraná do que todos os governos juntos anteriormente.

Esta pergunta que gostaria de deixar em nome da sinceridade que deve presidir as atitudes dos homens públicos no Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu agradeço, especialmente por essas duas preocupações brilhantes que Vossa Excelência traz para esta Casa de Leis, porque no ano passado, nesta Casa, a preocupação permanente foi sobre o que é que aconteceria no futuro, se o próprio Estado, que tem de zelar por uma ordem institucional pré-estabelecida, é o primeiro a descumpri-la. Essa foi uma pergunta que aos poucos está tendo resposta, e certamente à reação contrária dos Delegados de Polícia, a reação da população prevaleceu e o Governo do Estado, certamente, criou vergonha e decidiu compreender a linguagem popular.

Quanto ao endividamento, concordo com Vossa Excelência, também foi preocupação desde que fizemos parte desta Casa, a situação do endividamento do Estado. Quando o Governador Álvaro Dias assumiu o Governo com 600 milhões, era um absurdo. Hoje, um milhão e meio é normal. Isso nos preocupa.

Muito obrigado, nobre colega Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Antes de conceder o aparte ao Deputado Basílio Zanusso, eu gostaria de fazer algumas colocações. A Mensagem do Governador Álvaro Dias a esta Casa...

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Carlos Alborghetti) O tempo de Vossa Excelência está esgotado e esta Presidência lhe concede mais 30 segundos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A Mensagem do Governador Álvaro Dias a esta Casa, traz alguns erros crassos, que, veja Vossa Excelência quando fala com relação ao funcionalismo público do Paraná, afirma existir no Estado do Paraná hoje, 954 mil funcionários públicos em atividades. Ora, é evidente que eu não faria a maldade de dizer que o Governador Álvaro Dias contratou 110 mil, digo 810 mil funcionários, para bater com a sua Mensagem. É evidente que foi um erro datilográfico. Entretanto, estes erros não podem ser apresentados a esta Casa em nome da sinceridade que o Governador prega.

Com as escusas ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti) Consulto a Liderança do PFL, se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Líder do Partido da Frente Liberal, Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

No aparte que solicitei ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, foi apenas para informar que esta Casa votou, durante as últimas sessões do período de 1987, requerimento de nossa autoria dirigido ao Senhor Governador do Estado, pedindo esclarecimentos acerca do recebimento de dinheiro, de valores por parte dos bicheiros ou da organização que dirige o "jogo do bicho" no Paraná.

Primeiro, nós estranhamos porque a FASPAR, embora o destino do recurso objective atender o carente do Paraná, seja justo, nós nos perguntávamos e ainda nos perguntamos como será contabilizada essa receita de jogo, junto com o dinheiro público. Quanto à informação, nós esperamos que ela nos chegue no prazo constitucional.

A minha presença aqui Senhores Deputados, é para manifestar a solidariedade da nossa Bancada aos Senhores Prefeitos do Paraná que se reuniram na sua Associação no Dia 4 próximo passado, sexta-feira, onde ficou claro que a situação dos Municípios do Paraná, lamentavelmente, é de pré-falimentar, incidindo sobre uma grande maioria, me parece, das Prefeituras, e é evidente que o motivo principal é a inflação; é esse desgoverno que assola todo o Brasil e que o Poder Público prevê uma receita para o ano seguinte, porém a inflação corrói qualquer orçamento Municipal ou mesmo Estadual e da própria União.

Portanto, a reivindicação dos Senhores Prefeitos, que inclusive, acordou o Senhor Governador do Estado, para que fossem ao Senhor Ministro da Fazenda, ao Senhor Presidente da República, requerer um valor maior do Fundo de Participação às Prefeituras, têm a nossa solidariedade. Mas, nós também, nesta oportunidade, não podemos nos esquecer das reclamações que ouvimos acerca do pré, do Plano de Ação Municipal, que vinha até agora em vários Municípios. Disseram através dos seus Prefeitos Municipais, que obras concluídas, realizadas no exercício de 1987, ainda não tiveram o seu ressarcimento previsto no Governo do Pré. E também, notou-se, entre os Senhores Prefeitos, a estranheza da queda da Receita do ICM. Alguma coisa está acontecendo e não se pode compreender, que enquanto tudo sobe de preço, os valores mudam a cada dia, caindo a Receita do ICM, e consequentemente atingindo os Municípios. E nessa lamúria toda, eu também não poderia deixar de fazer um registro, que esta é a hora, talvez a mais precisa, para que os Senhores Prefeitos, junto à Constituinte, aos Deputados Federais, Senadores, estudem, proponham medidas agora, que ainda é tempo de coibir o empreguismo, de impedir que se dissemine no Estado do Paraná e no Brasil as contratações, as admissões espúrias, políticas, que estão levando o País ao caos, da União aos Municípios.

E concluindo, Senhores Deputados, não podia deixar o meu Partido, de fazer um registro nesta Casa, feliz quanto ao ingresso no PFL do ilustre apresentador de programa de televisão, um dos mais conceituados do Brasil, e mais vistos e ouvido do Brasil Silvio Santos. Não só apresentador de televisão, como homem de rádio, artista, empresário que além de dar lazer, até informação e educação, através do seu programa, ele oferece milhares de empregos aos homens e mulheres de todo o Brasil.

Portanto, nestes poucos dias, uma questão de semana ou menos do que isso, em pesquisa realizada pelo conceituado Jornal "A Folha de São Paulo", já estampada em manchete de primeira página "Silvio Santos em pesquisa para a Prefeitura de São Paulo". Superando o próprio Ministro Almir Pazianotto, Afif Domingos e outros nomes de políticos respeitados de São Paulo.

Portanto, a Bancada do meu Partido, nesta tarde, Sr. Presidente, quero deixar registrada a inclusão que muito nos honra e que fortalece o nosso partido de Norte a Sul, pelo respeito, pela admiração, pelo valor que tem Silvio Santos, inegável de todos os brasileiros.

O Sr. Algaci Túlio - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Queria cumprimentá-lo inicialmente pelo seu pronunciamento a respeito da situação hoje com relação ao ICM. E cumprimentá-lo também de resto ao seu partido pela brilhante adesão porque é a prova, mais do que nunca, de que realmente os homens da comunicação têm uma grande responsabilidade, acima de tudo uma grande admiração do povo brasileiro porque neles depositam ainda as suas esperanças.

É mais satisfeito ainda porque o próprio comunicador Silvio Santos, hoje incluído já na política, diz ser um admirador de Leonel Brizola e disse também que se as eleições fossem hoje, Leonel Brizola seria o ganhador.

Por isso, dá para se entender a visão realmente de Silvio Santos, não só de comunicador, mas também de homem que acompanha dia-a-dia a política neste País.

Tomara que Silvio Santos leve para a política e para o seu partido a intenção, a boa vontade, o trabalho que tem desenvolvido nas suas empresas para ajudar a recuperar a imagem política neste país.

Parabéns.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. Deputado Algaci Túlio.

E só pelo fato do ingresso de Silvio Santos em nosso partido já é muito animador para todos nós.

Agora, a disputa do seu nome, da sua candidatura à Prefeitura de São Paulo, segundo as pesquisas realizadas pelo Jornal "A Folha de São Paulo", que merece respeito de todos nós, evidencia muito bem o prestígio que tem Silvio Santos. Se ele disputar ou não a Prefeitura, o Governo de São Paulo não sabemos, o futuro e a convenção dirão.

Mas, somente o fato do ingresso de Silvio Santos em nosso partido já é um motivo de muita alegria para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No horário das Lideranças consultamos o PTB se fará uso do seu horário.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra, Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em momento crucial como vive o nosso País hoje, é necessário que os nossos políticos realmente defendam o interesse dos trabalhadores desta terra.

É bem verdade que existe Sr. Presidente e Srs. Deputados movimentos que querem colocar em descrédito a nossa classe po-

lítica. Mas, isso são momentos passageiros e a realidade é bem outra. É reivindicando o que os nossos trabalhadores necessitam, que realmente estaremos cumprindo com o nosso dever e com a nossa obrigação.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há uma classe de trabalhadores neste País que realmente foi esquecida pelo Governo Federal, porque em 1986, quando foi colocado em vigor o Plano Cruzado, haviam sido renovados todos os contratos de renovação de serviços dos representantes do FUNRURAL e do INPS em todo interior do Brasil.

Em especial, nos interessa esses representantes do FUNRURAL e do INPS do Estado do Paraná.

A propósito, é bom conferir que em 1986, quando foi imposto esse plano econômico, um representante do FUNRURAL e do INPS, no interior, recebia Cz\$ 5.000,00 mensais, que corresponde a 46 OTNs, hoje, num valor bem mais adiantado do que na época.

É bem verdade que este plano econômico que previa o congelamento de todos os salários, de todos os contratos, previa também, ainda a redução de alguns valores, em vários casos. Mas, o tempo passou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Plano Cruzado não deu certo, a inflação voltou corroendo os salários e até a presente data não houve qualquer alteração no valor recebido por este representante, ficando sendo necessário salientar que houve acréscimo de responsabilidades, pois, em muitos municípios foi desativado um dos representantes, e há município neste Paraná, que nem sequer existe nenhum dos dois representantes.

O custo de vida, só neste ano, teve um acréscimo real de mais de 1000%. A variação da OTN, de abril de 1986, época da realização destes contratos, para os dias atuais passou de Cz\$ 106,00 para Cz\$ 820,00 o que vale dizer que os mesmos Cz\$ 5.000,00 daquela época representam exatamente Cz\$ 38.500,00 de hoje.

Há que se destacar ainda, que estes representantes municipais da Previdência Social, onde existe um contrato de prestação de serviços, recolhem a contribuição previdenciária no valor, aproximadamente de Cz\$ 1.100,00, restando ao trabalhador a quantia de Cz\$ 3.900,00 mensais. Com o salário-mínimo, Srs. Deputados, ninguém sobrevive, e com menos de um salário-mínimo torna-se impossível a sobrevivência! E nós acreditamos que hoje, estes representantes da Previdência Social, a nível municipal, devem estar operando verdadeiros milagres, para suportar tal situação!

Outro detalhe que não se observa nestes contratos, é que existe um salário-mí-



nimo a ser respeitado neste País. Embora não haja vínculo empregatício, o representante nada mais é do que um empregado que cumpre um contrato, por um preço muito inferior ao salário-mínimo! E é por isso que nós conhecemos também os problemas que envolvem muitos municípios, onde esta classe de trabalhadores só continua prestando serviço em função da ajuda das Prefeituras Municipais, o que de qualquer forma agrava mais ainda a sua situação, porque são mais ônus que lhe são impostos.

O Sr. Algaci Túlio - V. Exa. concede um aparte?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Concedo o aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Em cima deste mesmo assunto, que V.Exa. focaliza hoje, recebi, ainda por coincidência, na semana passada, na última sexta-feira, a reclamação dos funcionários do FUNRURAL que prestam serviço no litoral do Paraná. Há um problema muito sério, isto porque, aqueles que se mudaram de outros municípios para o litoral por exemplo, Matinhos, Caiobá, Guaratuba, Praia de Leste, Pontal do Sul, e que recebem as suas pensões pelo FUNRURAL, estão passando fome e necessidades, porque a burocracia do INAMPS, aqui em Curitiba, não opera a transferência dos cartões destas pessoas, então, conseqüentemente, o Posto do FUNRURAL, no litoral, atende o cidadão que reside no litoral do Paraná, mas aqui, na Central há uma burocracia muito grande e talvez até, falta de funcionários ou falta de vontade de trabalhar, e esses processos não têm a continuidade que deveriam ter e por isso, trazendo um problema seriíssimo às pessoas, isso não apenas no litoral; um cidadão, por exemplo, que morou em Londrina e se muda para Curitiba, o seu "cartão", tem que ser transferido para Curitiba também; conseqüentemente isso não acontece, devido à burocracia e o cidadão aqui fica um mês, dois meses, três meses sem poder receber o seu FUNRURAL, passando necessidades.

Por esta razão, o seu apelo neste momento nesta Tribuna, em nome da Bancada do PDT, tem muita importância porque visa realmente recuperar uma situação, de pessoas que estão em situação terrível.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e gostaria também de esclarecer que, nós temos conhecimento pessoal dessa situação que, se os "cartões" de aposentadoria e pensão não chegam, é porque em muitos lugares, em muitos municípios esses representantes, nobre Deputado, já debandaram, já rescindiram o contrato unilate-

ralmente, porque, é impossível alguém continuar a viver com Cz\$ 3 mil e 900 mensais.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Esta Presidência lamenta, mas adverte Vossa Excelência, que seu tempo está esgotado; concede-lhe 30 segundos para o encerramento.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Então eu gostaria neste momento, de solicitar o apoio e a aprovação, embora seja um assunto de caráter federal, afeta todos os municípios do Paraná, então eu pediria, no momento, o apoio dos Senhores Deputados para o requerimento que estamos apresentando nesta data.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Horário das Lideranças, consultamos a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do tempo que lhe é reservado!

Concedo a palavra, ao nobre Líder do Governo por 8 minutos e meio, Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. .

Este é o nosso primeiro pronunciamento neste ano de 1988, um ano importante para o Brasil, e para o Paraná. Quero acreditar que, o mais rápido possível teremos a aprovação da nossa Carta Constitucional, quando este Brasil começará a vivenciar um novo período, e esta Casa também, com a obrigação de fazer também, a Carta do Paraná, terá que viver momentos de grandeza de inteligência, de capacidade, para que o Paraná possa ter os momentos que a sua população está aguardando!

Senhor Presidente, ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Pedro Tonelli a respeito de demissões ocorridas, principalmente na ACARPA; e tem razão o Deputado Pedro Tonelli na sua reclamação, porque gostaria que o seu "comitê" ou o Comitê do Partido dos Trabalhadores continuasse instalado confortavelmente, em órgãos do Governo, com telefone, escrivaninha, máquina de escrever, combustível, funcionário, enfim, trabalhando desbragadamente pela sigla partidária do Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli- Vossa Excelência, me concede um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu já tenho a solicitação, pela ordem, do Deputado José Afonso Júnior, e na seqüência Vossa Excelência estará inscrito.

E o Secretário da Agricultura, que realiza um trabalho da mais alta seriedade



neste Paraná, com o apoio irrestrito por que não dizer, da classe de agricultores do nosso Estado, tomou a medida que lhe pareceu mais correta e mais inteligente para aquele momento, e por isso é que algumas demissões acabaram acontecendo.

Ninguém quer ver ninguém demitido, mas todos nós queremos ver cada trabalhador, cada cidadão, responsável pelos seus atos e respeitando o órgão onde trabalha - a política, tem que fazer parte. Não gosto de cidadão que se diz apolítico, que não gosta de discutir política, que vive permanentemente "em cima do muro" e que não quer saber das preocupações que tem a sua gente e o seu Estado; e, dentro deste quadro, foi tomada a posição por parte do Secretário da Agricultura, Osmar Dias, concedo o aparte ao Deputado José Afonso Júnior.

**O Sr. José Afonso Júnior - Deputado Nestor**

Baptista, Líder maior nesta Casa, porque representa Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias. Aproveitando o aparte que Vossa Excelência me concede, quero dizer nesta oportunidade, que prestava muito atenção este Parlamentar, quando usava da palavra no Horário da Liderança do PT, o Deputado Pedro Tonelli. E Sua Excelência, o Deputado Pedro Tonelli, colocava que as demissões que ocorreram na antiga ACARPA, hoje EMATER, através do nosso digno Secretário da Agricultura, Osmar Dias, foram arbitrárias.

Quero dizer ao Líder do PT, que eu como discípulo e me considero discípulo do ex-Governador Jayme Canet, o ex-Governador da sua sabedoria, tem afirmado sempre que o povo brasileiro, o povo do Paraná, necessita urgentemente de Lideranças à altura de conduzir esse povo a um bom caminho e sua Excelência, o governador Jayme Canet, sempre afirmou que nós necessitamos de ter gerentes e porque não dizer patrão, para que o povo siga um caminho correto. E nós sabemos que o Senhor Secretário, ao tomar essas medidas, estava tomando medidas administrativas e jamais políticas, Senhor Deputado Nestor Baptista. Sua Excelência, o Senhor Secretário da Agricultura, estava acabando com as fofocas partidárias, lideradas por elementos do PT, dentro da Secretaria da Agricultura e dentro da ACARPA, que tumultuavam o funcionamento daquele órgão; o Senhor Secretário nada mais fez do que administrar, gerenciar aquela instituição, e Sua Excelência, o Senhor Secretário, teve que demitir esses funcionários, porque senão ele ficaria comprometido ao conduzir aquela entidade.

Sua Excelência, o Senhor Secretário da Agricultura, não cometeu nenhuma arbitrariedade, somente fez o que o povo do Paraná e o brasileiro estão esperando, pois

precisamos de dirigentes como o Governador Álvaro Dias, comprovadamente sincero, capaz, honrado, um administrador que hoje ostenta o título de melhor administrador estadual em toda a Federação brasileira. Faltou com a verdade o Deputado do PT, e felizmente Senhor Deputado, o barulhão que o PT quis fazer em todo território brasileiro, não deu para ser feito, porque a sociedade brasileira não veio acudir esta convocação comunista, porque esse pessoal do PT quer ver esta Nação brasileira afundada, e nós do PMDB, que temos a responsabilidade maior de conduzir esta Nação brasileira, jamais permitiremos que esta Nação se curve diante destes comunistas, porque o povo brasileiro já está cansado de falsas promessas. E o PT está aí, a confrontar, a falar com mentira e tentar agora desagregar as instituições paranaenses. Mas, felizmente, o povo brasileiro, o povo paranaense sabe o Governador que tem, e nós não admitimos jamais, a Bancada do PMDB, os 37 Deputados através de Vossa Excelência, que só um Líder venha tentar atrapalhar essa bela administração que o Governador Álvaro Dias está fazendo.

Muito obrigado.

**O SR. NESTOR BAPTISTA.** - Vossa Excelência faz um aparte que é um verdadeiro pronunciamento e engrandece aquilo que pretendíamos falar nesta Casa. Deputado José Afonso Júnior, gostaria também na oportunidade de abordar o pronunciamento feito pelo Líder do PDS, o Deputado Luiz Alberto Oliveira, mas estamos com o final do nosso horário. Dizia ele não entender o crescimento da dívida do Paraná, que hoje passa de um milhão e quinhentos milhões de dólares. É difícil entender dívida, evidentemente, mas é difícil entender quando não se quer pois quando o PMDB chegou ao Governo em 1983, encontrou, nobre Líder do PDS, os cofres totalmente arrombados e o dinheiro foi gasto onde de 1983 para cá? Nas obras que Vossa Excelência conhece tão bem quanto qualquer Deputado nesta Casa; o asfalto que liga todas as cidades que existem hoje no Paraná; o "clik" rural, o "clik" urbano, as salas de aula que proliferam hoje nesse Estado inteiro; já falei das estradas, mas hoje, até os distritos têm as suas ligações, a conservação de solo, o atendimento...

**O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)** Vossa Excelência tem mais trinta segundos para encerrar.

**O SR. NESTOR BAPTISTA.** - ... o atendimento à agricultura, o Projeto Mutirão para dar casa ao cidadão que tem dificuldade para adquirir a sua moradia. O micro abas-

tecimento de água, o FRAN. Para não falar na moralidade que é o melhor desta administração ao povo do Paraná, talvez não para o Deputado Luiz Alberto Oliveira, talvez não para o Presidente desta Casa, Sr. Presidente, para encerrar, mas para os nossos filhos e para as futuras gerações.

Eu voltarei ao assunto, com dados, com números, para poder debater com o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Horário das Lideranças Partidárias, Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício do Conselho Estadual da Condição Feminina, encarecendo para que o Grande Expediente da sessão do dia 08 de março do corrente ano, seja assegurado à comemoração do Dia Internacional da Mulher. A Mesa defere, e indica para fazer uso da palavra no Grande Expediente de amanhã, a Senhora Deputada Iron-di Pugliesi.

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Senhor Valdemir Cardoso Moura, Presidente do Setor Jovem do PMDB de Alto Piquiri. Seja Bem vindo!

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do Governo, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para acompanhar o Senhor Secretário Osmar Dias em audiência com o Senhor Ministro da Agricultura, para tratarem de assunto de interesse da referida Secretaria. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Iron-di Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, por gentileza, do que se trata? É de requerimento ou Projeto de Lei?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Projeto de Lei necessitando de apoio.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 167/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acresce o § 3º ao Art. 171, da Lein. 6.174, de 16.11.70, conforme especifica. (O mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste artigo e no precedente corresponderá aquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do pagamento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a retirada por 3 sessões, do Projeto de Lei Complementar n. 167/85. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei Complementar n. 167/85.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 280/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS e OUTROS, que declara de Utilidade Pública a ORDEM AUXILIADORA DE SENHORAS, DA COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE CASTRO, com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 266/87, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor GABRIEL MANOEL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 287/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚ-

NIOR, que denomina RODOVIA TANCREDO NEVES, o acesso de ligação entre o Município de Marialva e o Distrito de Aquidabã, passando pelo Distrito de São Miguel do Cambuí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 312/87, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Dr. PAULO CARNEIRO RIBEIRO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 339/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO DE SEGREDO, com sede na localidade de Segredo, Distrito de Paz, Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 90/87 (Mensagem n. 112/87 Ex-Proposição n. 91/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo, por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Vacca São João, ocorrido no dia 03 de março do corrente no Município de Inajá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento, encarecendo solução para as dívidas consolidadas através das propostas SEAP n. 050 de 30/08/82 e n. 059 de 22/12/82, dos frigoríficos e cooperativas participantes do Estoque Regulador, junto a COBAL e Banco do Brasil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo, O MAR DE LAMA, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, publicado no Jornal O Estado do Paraná. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário Especial de Assuntos Comunitários - SEAC, encarecendo a inclusão do Município de Pato Branco no programa governamental "Ticket Leite". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do pronunciamento feito pelo Senhor Deputado Borges da Silveira quando de sua posse no Ministério da Saúde. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Senhora Liliana Tavanaro eleita Presidente do Conselho Empresarial da Mulher Executiva, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo medida para a construção do muro da Escola Estadual Alberto Rebelló Valente - Ensino de 1º Grau, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo um programa de emergência para solucionar os problemas causados pela falta de salas de aula de escolas estaduais no Município de Maringá. Em votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a viabilidade da inclusão no Projeto Galha Azul, do Município de Doutor Camargo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura, Presidente do Banco

Central, Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encarecendo medidas para estabilizar a agricultura nacional, e de fazer cumprir as resoluções 1352 e 1431 do Banco Central. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela comemoração do 25º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo o fim das demissões imotivadas e a imediata reintegração dos funcionários demitidos sem justa causa na ACARPA e no IPARDES. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, pelo lançamento do Programa "Produtor Júnior". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão no Projeto Galha Azul do Município de São Jorge do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela passagem do 25º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela passagem do 25º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Iguaraçu no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Tribuna do Povo" do Município de Umuarama pelo 15º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Diário Popular", pela comemoração do jubileu de prata, de relevantes serviços prestados na área da comunicação social paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Marialva no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a inclusão nos Anais desta Casa do editorial "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe", publicado nos Jornais "Gazeta do Povo", desta Capital e "O Paraná" do Município de Cascavel. **Em votação.**

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja transferida para 22 de março do corrente ano, a Sessão Solene de entrega de Título de Cidadania Honorária, ao Padre José de Almeida Penalva, anteriormente marcada para o dia 16 de março. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Nelson Vasconcellos e de demais senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Previdência Social e do Planejamento, encarecendo a atualização dos valores referentes a contratos de prestação de serviços dos representantes do FUNRURAL e do INPS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do 25º aniversário de fundação do Jornal "Diário Popular", nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de cópia deste requerimento ao Senhor Diretor do Jornal "Diário Popular", cumprimentando pelas comemorações alusivas ao jubileu de prata daquele noticioso. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado na "Gazeta do Povo", intitulado "Que o Legislativo Legisle e o Executivo Governe". **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo interfira junto ao Governo Federal para que não cometa a imprudência de congelar a URP, como vem sendo insistentemente alardeado por setores da área econômica do mesmo. **Em votação.**

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Sarandi no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Mandaguapé, no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo a inclusão do Município de Maringá, no Projeto Galha Azul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do

Paraná, encarecendo medida judicial para coibir a cobrança das parcelas do IPTU em ORTN, arbitrariamente fixada pela Prefeitura Municipal desta Capital. **Em votação.**

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando melhorias na estrada estadual que liga os Municípios de Bandeirantes e Itambaracá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Dois anos para novo Presidente". **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações a respeito da matéria publicada pela "Folha de Londrina", sob o título "Álvaro não quer mais ajuda dos bicheiros". **Em votação. Rejeitado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Solicito Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa defere e o Senhor 1º Secretário fará a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Retiro o pedido, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa vai proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam, o requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Apenas para lembrar Vossa Excelência que o Deputado Valderi...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Registramos Excelência, 9 Senhores Deputados votaram favoravelmente.

Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitada a matéria.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, visando uma consulta antes de se iniciar as obras do mini-presídio no Município de Maringá. Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 280/84, 266, 287, 312 e 339/87 e do Projeto de Resolução n. 90/87.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 366/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 07 DE MARÇO DE 1988.

#### "DOIS ANOS PARA PRESIDENTE"

Carlos Chagas.

"Contrariando seus hábitos, o ex-governador Leonel Brizola passou quase três dias em Brasília, esta semana. Veio preocupado com certas decisões que a Assembleia Nacional Constituinte poderá adotar na próxima semana, a começar pelo parlamentarismo. Conversou com inúmeros parlamentares, especialmente do PMDB, convocando-os a uma ampla reflexão. Esteve reunido com os presidentes dos outros partidos. Ao reporter do "Estado", em entrevista exclusiva, garantiu que irá para as ruas, possivelmente como candidato à Presidência da República para contestar o parlamentarismo. Se esse sistema for aprovado, exigirá a realização de eleições presidenciais este ano e defendeu para o sucessor de Sarney um mandato de apenas dois anos, de modo a se realizar a coincidência de mandatos com o Congresso, em 1990. Mas ressaltou que, ao eleito, deve ser dado o direito de reeleição, por mais quatro anos.

Sem abordar temas econômicos, falou

que reforma agrária é colonização, a ser feita pelo governo e a iniciativa privada, e que a propriedade tradicional é intocável. Para terras improdutivas, o remédio é a tributação maior. Não vê como se promover a reforma agrária com choques e confrontos, há terra para todo o mundo, no interior do País. Acentuou também existir outro tipo de propriedade, a concedida, não raro por métodos duvidosos que o presidente José Sarney conhece muito bem. Em suas palavras, as elites colocaram o Brasil como um peru num círculo de giz, e não concordaram com o "impeachment" do presidente José Sarney, se fosse tentado. Assim, o País só tem uma solução: eleições diretas, já. Disse ainda existir a hipótese de vencer as eleições, a serem decididas na televisão, pelas mensagens dos diversos candidatos.

#### CERCO À CONSTITUINTE, SEGUNDO BRIZOLA

- Nesta sua passagem por Brasília, dizem seus correligionários, o senhor tem demonstrado grandes preocupações. Por quê?

- O povo brasileiro, hoje, sofre duas ameaças gravíssimas. A primeira, o cerco foi feito pelo governo à Assembleia Nacional Constituinte. Ela representa o povo e acho profundamente lastimável que o presidente da República, chefe do poder Executivo, portanto, de um poder amado, agreda indignamente a Constituinte, criando um quadro de angústias onde não falta a opinião dos ministros militares. Trata-se de uma interferência mais do que configurada. Uma pressão que atinge e macula a representação popular, ainda mais em meio a um processo de envolvimento e de corrupção, à cata de votos. O presidente reivindicava em causa própria.

- Há ameaça pior?

- Há. É mais grave do que o cerco à Constituinte, que, de certa forma, se revela inócuo, pois caiu no vazio, sem atmosfera para prosperar, à vista de todos e reportado pelos meios de comunicação. Essa segunda ameaça, não. Está sendo gerada dentro da Assembleia Nacional Constituinte: querem cassar o povo. Sem provir de um grande debate nacional, sem que a população discuta ou mesmo entenda, encontramos na iminência da extinção do voto direto, caso deputados e senadores aprove o parlamentarismo. As eleições diretas exprimem um anseio nacional, responsável pela convocação da própria Assembleia Nacional Constituinte. De que maneira agora tornar a vontade popular híbrida, desfigurada através da eleição de um presidente da República que não irá governar? Tudo vem sendo feito em silêncio, à solapa. O povo pode acordar, na próxima semana, e



ver que foi cassado. Seu voto não valerá mais nada. Aquilo que o regime anterior fez durante anos, pela força, poderá ser legitimado agora pelos constituintes. A decepção e a frustração nacional fatalmente nos levarão a rumos perigosos. Trata-se de um problema de consciência de cada constituinte votar pelo presidencialismo ou pelo parlamentarismo, mas, nesse momento de nossa história, não é possível desrespeitar a vontade e o voto popular. Seria o mesmo que os constituintes de Filadélfia tivessem aprovado artigo dizendo que as antigas colônias poderiam voltar a pertencer à Inglaterra. Votar diretamente para eleger apenas um chefe de estado soa inadmissível. As coisas não estão sendo corretamente explicadas, mas como dizem ao eleitor que seu voto terá outro destino? Outra significação?

- O senhor contestará o Parlamentarismo, se aprovado?

- Peço aos constituintes ampla reflexão, enquanto há tempo. Claro que acataremos o que a Assembleia Nacional Constituinte deliberar, mas, se adotarem o sistema parlamentarista, iniciaremos logo ampla campanha para demonstrar ao País a inconveniência da mudança. Vamos para a rua contestar o novo sistema, através do processo eleitoral. Questionaremos o erro praticado e passaremos imediatamente a buscar formas para corrigi-lo. Não é possível sacramentar uma decisão que consideramos insensata e que representa uma via direta para a instabilidade. O Brasil é presidencialista e terá condições, dirigido pelo povo, de tirar o pé do atoleiro. Acresce que se o presidencialismo bem exercido não conjurar a crise, menores condições terá o parlamentarismo. Inexistem partidos capazes de formar maiorias estáveis ou coligações. Teremos gabinetes eventuais ao sabor de interesses individuais e grupais.

- Qual a saída, então?

- Não somos infensos a cooperar para o encontro de uma fórmula de entendimento. Admitimos concessões, desde que não desfigurem o presidencialismo. Por exemplo: pode existir um primeiro ministro capaz de coordenar certas atividades gerais de governo, mas escolhido pelo presidente da República, com assento na Câmara e no Senado, atendendo a quaisquer convocações e apresentando-se quando julgar necessário. Também é admissível a censura parlamentar a determinado ministro, individual. O fortalecimento do Congresso não é o fortalecimento individual dos parlamentares, para que tenham seus pedidos de emprego garantidos para que consigam concessões de estações de rádio. Importa o fortalecimento da instituição, nas suas funções de con-

trole e fiscalização. Até do estabelecimento de diretrizes. Não vemos como se pretenda impor o parlamentarismo, ainda mais sem uma consulta popular. Defendemos a realização de um plebiscito ou referendo, caso a maioria constituinte adote o novo sistema.

- Vê mais perigos, na nova Constituição?

- Outro problema grave, difícil de contornar, é a falta de coincidência nas eleições. Adotados os quatro anos de mandato para os presidentes da República, ou mesmo, os cinco, teremos eleições parlamentares desconexas com eleições presidenciais. Será um viveiro de conflitos. Ali está a crise de Jânio Quadros. Ele deve ter tido graves inquietações. Sonhou que o congresso hostil estava decretando o seu impedimento, levantou-se alucinado e renunciou. Desde então, o País não acertou o passo.

- A descoincidência já é um fato, como fazer?

- Nossa sugestão é de que o próximo presidente seja eleito no final deste ano para um período de dois anos de governo. Não será um mandato-tampão, desde que se lhe dê a prerrogativa da reeleição. Se o povo estiver satisfeito com ele, o elegerá por mais quatro anos, aí, então, juntamente com o novo Congresso, em 1990. Fora disso será a necessidade de entrar em negociações e envoltimentos do tipo toma lá dá cá, sendo difícil, mesmo assim, pois as idéias e os compromissos são outros em tempos distintos.

- Outra crítica política?

- Também questionamos a exigência de maioria absoluta para a eleição dos presidentes da República. Essa questão entrou canhestamente na Constituição, antes, da Assembleia Nacional Constituinte. Todos foram embrulhados, nós também do PDT, embarcamos. Ninguém se deu conta, agora está bastante claro porque a adotaram. Era uma salvaguarda estabelecida em meio às surpresas da democratização. Quem fez isso? As elites, as oligarquias, os políticos tradicionais, para tornar mais difícil a realização de uma eleição independente e transformadora: a exigência de um segundo turno, se, no primeiro, nenhum candidato tiver obtido a metade mais um dos votos, será amplamente favorável às forças conservadoras. Elas dispõem de melhores meios para negociação.

- Mesmo disposto a só cuidar de temas políticos, nesta sua vinda à Capital, como vê as acusações que lhe fazem, de sustentar teses anticapitalistas, esquerdistas ou radicais?

- É um engano. Veja a reforma agrária. Acumulamos uma experiência de 30 ou 40 anos que nos permite concluir: reforma agrária é colonização. Não se torna necessário complicar nada, como o governo José Sarney complicou. Há que desmistificar a questão, simples e objetiva, mas os atuais detentores do poder a turvaram de propósito, para não resolvê-la. Queriam impedir a reforma agrária e a impediram, bloqueando tudo e até extinguindo o INCRA. Como, na prática, acabaram extinguindo o próprio Ministério da Reforma Agrária. Tudo se resume em bons planos de colonização, porque terras existem para todos. Milhões de famílias querem pequenas propriedades. O papel da iniciativa privada é essencial, na colonização, inclusive porque a vem promovendo, independentemente do governo. Não há necessidade de confronto, nem de choques, para se promover a reforma agrária. Um governo que trabalhe junto com a iniciativa privada, rapidamente precisará colocar anúncio nos jornais, convocando e recrutando quem mais deseje terra, com o amparo necessário. Basta trabalhar com seriedade. Admito até que se torne possível o retorno para o campo de parte da população hoje miseravelmente urbanizada, desde que disponha de condições. O interior está aí mesmo, à espera de braços.

- Como vê a propriedade rural?

- Não é preciso, de nenhuma forma, questionar a propriedade tradicional, que é intocável. Diante das terras improdutivas, haverá que aplicar uma política tributária justa e estabelecer padrões de produtividade. Se um proprietário não faz sua terra produzir, deve pagar mais impostos. Não é preciso dividir, mas, ao contrário, precisamos somar. Examinar as situações no contexto das regiões. Existe no Brasil, é claro, outro tipo de propriedade que não a tradicional: é a propriedade concedida, que não tem o valor da propriedade familiar. Esta passa de avô para pai, filho e neto. Pertence aos que ali nasceram e ali trabalham. Aquela provém de concessões, muitas vezes duvidosas, pertencendo a empresas, a proprietários impessoais, que não raro, jamais as foram visitar. Tem outra conotação. O Brasil foi loteado e o presidente José Sarney conhece muito bem essa história.

- Já admitindo sua candidatura à Presidência: o que é preciso mudar no Brasil?

- A correlação de forças, cada vez mais injusta, deletéria, negativa e prejudicial. O PDT tem esse objetivo. Tal correlação permite a existência de um governo que cultiva o continuísmo, como um fim e que constantemente macula a Assembleia Nacional Constituinte. Como tem levado, tam-

bém, os constituintes à inorganicidade. O quadro formado pelos partidos atuais e suas contradições ensejou ao presidente José Sarney suas atuais liberdades, seus poderes e seus movimentos.

- Como alterar a correlação de forças?

- Só com eleições diretas e livres. Não há outra saída. O "impeachment" de Sarney carece de viabilidade política. Não funcionaria aqui, apesar de, nos Estados Unidos, ser um instrumento eficaz. Aí está o exemplo de Richard Nixon, que renunciou ao ver que seria impedido de continuar presidente. Entre nós não há hipótese disso acontecer, precisamente pela correlação de forças existentes. Colocaram o nosso país como se fosse um peru num círculo de giz e continuamos nos esvaindo, exangues e paralisados. Por uma questão de fidelidade à vontade popular, lutamos para mudar a realidade através de eleições. Elas exorcizam as fantasias, o irrealismo, as injustiças e a corrupção. Nos satisfaremos com a mudança nessa correlação de forças, porque na nova, teremos maiores espaços e maiores responsabilidades. Nosso desejo é o crescimento do partido.

- O PDT não tem estruturas nacionais. Como poderá levar o seu candidato à vitória?

- A hipótese de que tenhamos candidato à Presidência da República existe, e mais, de que eu venha a ser esse candidato, de que façamos ampla campanha, com a apresentação de plataformas. Vou mais adiante: existe a hipótese de que vencamos as eleições. Isso, para nós, é um dado da realidade, mais do que um projeto construído e concebido, porque, nesse caso, seria apenas pretensão. Somos um partido com posições próprias, mas pequeno. Falta-nos estrutura nacional, mas, dadas as características do momento, nada impede que cheguemos ao poder. É uma eventualidade que começamos a admitir que vai votar com grande independência. Esse povo encontra-se praticamente urbanizado. Mais de 70% do eleitorado situa-se nas cidades. A grande maioria decidirá com os olhos postos na televisão, tirando seu julgamento das mensagens dos diversos candidatos.

A conversa do repórter com o ex-governador, em seu apartamento no hotel, foi interrompida pela chegada e saída de parlamentares, amigos e dirigentes de seu partido. Ele falou sobre outros temas, como:

O "Estado de São Paulo" é sua leitura diária. Lê todos os editoriais, as colunas e os artigos dos colaboradores. Assina o jornal, religiosamente, mas só o pode ler à noite. Como já leu outros jornais, ge-

almente não vai à procura do noticiário, mas da opinião, do pensamento, que é conservador mas extremamente respeitável. Adota a teoria de fecundar seu pensamento antes de dormir.

A reunião do presidente de partidos foi um fato singular em nossa história recente. Uma boa iniciativa. A nova Constituição está sendo feita sem os partidos, surgimento do Centrão é uma prova disso.

Na política, na vida pública, vale a experiência acumulada. Avaliando o atual período, chega à conclusão de que o PDT se constitui no núcleo que dá continuidade a movimentos anteriores, situado bem no meio das lutas sociais, emancipacionistas. São os que maior experiência acumulada possuem em relação às transformações necessárias. Pode ser que daqui a quatro, cinco anos, outros grupos os superem, mas, hoje, não podem negar-lhes essa condição.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS  
DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO  
SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI,  
EM SESSÃO DO DIA 07 DE MARÇO DE 1988

Pronunciamento feito pelo Sr. Deputado  
Borges da Silveira, quando de sua posse no  
Ministério da Saúde.

"Os problemas relativos à saúde vêm-se avolumando, nas últimas décadas, extrapolando de sua área específica, clamando por solução consentânea com a gravidade da situação.

Na medida em que o sistema montado pelo governo não consegue absorver um número cada vez maior de usuários que tentam atendimento; na medida em que contingentes de pessoas marginalizam-se de tais benefícios, deteriora-se e empobrece a sociedade brasileira, afasta-se de nós, assustadoramente, o horizonte do desenvolvimento sem o qual não se concretizarão as nossas legítimas aspirações de progresso.

Trata-se de um problema que permeia todos os demais, condicionado por excelência do êxito de todo o empreendimento que se tentar neste País, pois nada se faz, dentro de um regime democrático, que não emane do povo e não reflua para ele.

O aspecto técnico é deveras importante, mas não escapa ao seu caráter de meio, de instrumento a ser manipulado segundo considerações baseadas em algo vivo, palpitante: o ser humano, as necessidades a ele inerentes e a obrigação de satisfazê-las, a que não pode fugir o Poder Público.

Estando no cerne de toda a estratégia de desenvolvimento do País, é natural que se contemple o problema da saúde por um ângulo mais aberto, que desborda no mera-

mente técnico para enfocar com mais ênfase o social e, por via deste, o político.

Esta a posição que venho adotando sistematicamente como parlamentar que se tem valido de sua visão de médico em suas colocações sobre saúde, usando a tribuna para defender uma estratégia, no setor, eminentemente centrada na compreensão de que ela é dever inalienável do Estado e direito sagrado do cidadão.

Médico sanitarista do interior, no início das minhas atividades profissionais, pude sentir bem de perto o pungente drama de uma população sofrendo à míngua de socorros médicos. O contato com a realidade agudizou minha vontade de trabalhar para que se elevem os índices de qualidade de vida e aprimorem-se os programas de saúde, ora deficientes e desconexos, em curso no território nacional.

Bem cedo me dei conta de que administrar a saúde com inteligência e sensibilidade requer, mais do que recursos, mais do que equipamentos, e não minimizo a importância deles - requer, repito, e supõe como premissa a disposição de compatibilizá-la com os planos concernentes aos demais encargos governamentais, que é do êxito de todos eles.

O momento histórico é propício à renovação de conceitos e objetivos, de métodos e estilos de abordagem às questões que afetam basicamente o bem-estar da comunidade brasileira.

Temos uma Constituinte empenhada nessa tarefa, e o mínimo que lhe podemos pedir, em matéria de saúde, é que reconheça a magnitude do problema e produza leis que reflitam a dimensão humana e social desse item responsável, ao mesmo tempo, pela harmonia do indivíduo e da coletividade e pelo sucesso dos programas de desenvolvimento que haverão de redimir economicamente a Nação e fortalecer a sua soberania.

A partir do axioma de que "saúde é um direito de todos", é mister que se dêem diretrizes pragmáticas de grande eficácia aos planos nacionais de saúde. Uma vez diagnosticados os males que têm impedido o desejável rendimento dos serviços públicos na área, os novos programas concebidos devem refletir essa compreensão do problema, incorporando medidas capazes de dinamizar as estruturas do sistema e expandir suas fronteiras a ponto de não deixar sequer um brasileiro ao desabrigo dos cuidados médico-assistenciais e hospitalares.

Saliente-se, contudo, por curial: qualquer que seja a estratégia de ação escolhida, há de passar pelo caminho da unificação, vital para elidir o desperdício de esforços a duplicação de procedimentos dirigidos a uma mesma clientela, a descoordenação das peças que compõem o organismo da saúde como um todo.

Não resta dúvida: a tônica da política do setor deverá assentar-se sobre o aproveitamento máximo da potencialidade dos recursos públicos e particulares, mobilizados e compatibilizados em sintonia fina com os objetivos ditados por um ideal factual de saúde para o povo brasileiro.

Isto implica uma atitude enérgica do governo, uma disposição permanente de priorizar esse campo crucial - e quanto a isso não tenho dúvidas de que receberei todo o apoio do Presidente da República e do Congresso Nacional, pois a um e outro não falta a lúcida consciência de que estamos frente a um dilema. "Decifra-me ou devoro-te"- dizia a Esfinge aos peregrinos de Tebas. Parafraseando, digo: equacionemos a grande questão de saúde, ou o Brasil sucumbirá à doença e ao cortejo de infortúnios que ela acarreta.

Assumir o Ministério da Saúde é mais do que uma honra para mim, pessoalmente; vejo no convite, ainda, uma homenagem ao Poder Legislativo e, especificamente, à Assembleia Nacional Constituinte, que se debruça, infatigável, sobre a mais nobre tarefa institucional. Mas entendo-o, sobretudo, como um ato de fé: a Nação confia nos seus representantes. É para corresponder a essa expectativa que estou aceitando proposta que implica tão pesada responsabilidade."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 07 DE MARÇO DE 1988.

### "O MAR DE LAMA"

Fernando Henrique Cardoso.

Neste momento, frente ao final da estrada desta transição democrática que já se estende além do limite esperando o povo brasileiro assiste de camarote as corrupções, fraude e roubo, mergulhados na trama do poder existente.

Já foi o tempo em que a denúncia do roubo e da fraude e o clamor pela moralização era privilégio da "direta". Agora é diferente, o clamor vem de baixo, vem do povo e, por sorte, existe uma esquerda moralista que não se peja em denunciar os abusos sob o pretexto de que seriam fenômenos "Super-estruturais".

Os donos do poder fazem como técnica de defensiva uma cortina de fumaça querem fazer crer que todos são literalmente

iguais. Por isso é indispensável, ao invés de confundir, distinguir. O sistema político brasileiro acabou por gerar amplas tolerâncias e cumplicidades que vinculam a "distribuição de favores" com a ineficiência administrativa e com a corrupção propriamente dita.

Mas se não distinguimos os fenômenos e, embora criticando todas estas manifestações de degradação do Estado, se não especificarmos o leque é "roubo" do que é "favorecimento" (mesmo que o roubo tenha aparência de legalidade e o favorecimento não) uma cortina de poeira beneficiará os gatunos, estejam eles encarapitados na administração ou entrincheirados nas empresas e vida privada.

O Senado instalou a CPI da Corrupção. Já li críticas aos líderes porque teriam escolhido "homens duros" para comporem o time. E já houve quem dissesse que quantas mais CPIs mais lama será jogada na "classe política".

Partidário - por amor à verdade e à eficiência nos objetivos visados - da especificidade nas acusações e, não posso concordar com este tipo de argumentação. Por mais que setores interessados queiram dar ao público a impressão de que todos vivem num mar de lama, os fatos não corroboram a injúria e quanto mais se investigue, melhor será.

Só o último caminho é consistente com a valorização da democracia. Na oportunidade da instalação da CPI do Senado deixo consignado aqui meu ponto de vista. Será melhor que aquela CPI, ao invés de perder-se em multiplicidade de acusações tome, com energia, um ou dois casos exemplares e vá até o fim na apuração dos culpados para entregá-los à Justiça.

Como sugestão, por que não examinar a fundo a SIDERBRÁS? Ou a chamada "Operação Patrícia" (na qual se alega ter o País perdido centenas de milhões de dólares no comércio do café)? Ou as importações de arroz e carne durante o Plano Cruzado?

Espero e faço fé que todas as denúncias sejam apuradas, ao invés continuarem pairando no ar, dando a impressão de que as instituições estão apodrecidas. Aos culpados condenação. Aos injuriados por acusações levianas, Justiça.

(Fernando Henrique Cardoso é Senador pelo PMDB - SP).